

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO E
AÇÃO COMUNITÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA
E MEIO AMBIENTE**

**AS PECULIARIDADES DO LEITOR CONTEMPORÂNEO E A PRÁTICA
DA LEITURA NO BRASIL**

ANGÉLICA DIAS DE AZEVEDO OLIVEIRA

**ANÁPOLIS – GO
2014**

ANGÉLICA DIAS DE AZEVÊDO OLIVEIRA

**AS PECULIARIDADES DO LEITOR CONTEMPORÂNEO E A PRÁTICA
DA LEITURA**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação Pesquisa e extensão e Ação Comunitária da UniEvangélica – Centro Universitário de Anápolis, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

**ANÁPOLIS – GO
2014**

O48

Oliveira, Angélica Dias de Azevedo.

As peculiaridades do leitor contemporâneo e a prática da leitura no Brasil / Angélica Dias de Azevedo Oliveira. – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014. 97 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014.

Catálogo na Fonte

Elaborado por Hellen Lisboa de Souza CRB1/1570

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado intitulada “ As peculiaridades do leitor contemporâneo e a prática da leitura no Brasil”, apresentado ao Centro Universitário de Anápolis- UniEVANGÉLICA como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e meio Ambiente.

Defendida em: 25 de novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa – UFG
(Professor Presidente)

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva – UniEVANGÉLICA/UEG
(Professor Convidado)

Profª Drª Maria Aurora Neta– UEG (Professora Convidada)

Prof. Dr. Carlos Christian Della Giustina– UniEVANGÉLIA (Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu protetor e meu Pai de Misericórdia, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos.

Aos meus pais, por tudo.

Ao meu marido, pelo companheirismo e por valorizar minha busca pelo conhecimento.

Aos meus filhos, Isadora e, em especial ao Gustavo, por ter compreendido minhas ausências.

Aos meus irmãos, pelo carinho e apoio nas horas difíceis.

Aos meus cunhados, em especial a minha cunhada Raquel que, por vezes, cuidou com tanto carinho dos meus filhos nas minhas viagens para Anápolis.

A minha sogra Benevenuta, que me ajudou em tantos momentos com suas orações.

Aos meus colegas do Mestrado que me apoiaram e me acompanharam por tantas vezes neste processo de aprendizado e enriquecimento que vai além das salas de aula.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente e todo seu corpo docente, pelo aprendizado propiciado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UnB, em especial aos professores José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, pelo aprendizado sobre Meio Ambiente que foi imprescindível para elaboração de meu trabalho.

Aos professores da Banca Examinadora pelas críticas construtivas e pelas contribuições teóricas que serão decisivas para enriquecimento profissional.

Ao colega Halan Bastos que tornou os momentos de correria e cansaço mais suaves, me fazendo refletir sobre a grande conquista do título de mestre.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao meu professor orientador, Dr. José Paulo Pietrafesa, amigo e mestre profissional, pela atenção e dedicação na elaboração de meu trabalho. Obrigado pela paciência e compreensão e ainda, por conduzir-me com tanto empenho e profissionalismo à construção desta pesquisa.

Ao professor, Dr. Sandro Dutra que me deu todo apoio possível, pelo auxílio e contribuição acadêmica no percurso de meu trabalho. Muitíssimo obrigado.

O mais importante na vida é olhar em frente e alcançar a perfeição naquilo que mais gosta de fazer.

Fernão Capelo gaivota

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre as práticas de leitura na contemporaneidade, assim como apresentar o livro digital e o livro impresso aliado à questões que permitem apresentar as peculiaridades do leitor contemporâneo face às tendências de uso de recursos tecnológicos que modificam os hábitos e as práticas de leitura, uma vez que o livro apresenta diversas formas e formatos. Em meio às atuais práticas de leitura, é possível vislumbrar as peculiaridades do leitor contemporâneo em um cenário de mudanças tecnológicas, sociais e ambientais. A metodologia adotada utilizada foi a partir de uma pesquisa exploratória, aplicada e descritiva. Através de informações levantadas a respeito do perfil contemporâneo por meio de uma pesquisa quantitativa, como instrumento representativo das características que englobam o perfil do leitor contemporâneo. Surge, então, nesse contexto, elementos fundamentais para a compreensão das práticas de leitura contemporânea que englobam aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. Os aspectos sociais e políticos em se tratando de o “ato de ler” ser uma prática social que somente pode ser potencializada em meio às ações e práticas políticas que incentivam a leitura, munida por valores e comportamentos sociais que contribuem para traçar o perfil do leitor contemporâneo. Os aspectos culturais recaem sobre as influências e motivações da leitura, o nível de escolaridade do leitor e as diversas formas de acesso que eles têm do livro. Por último, os aspectos econômicos lidam com a questão da renda familiar, que, em muitos casos, torna-se fator limitador de acesso ao livro em suas diversas formas. Diante deste estudo, conclui-se que as peculiaridades do leitor contemporâneo marcam uma nova cultura, e uma nova tendência que fará diferença no futuro do leitor brasileiro, em decorrência dos hábitos de consumo e das práticas de leitura, pois baseiam-se, primeiramente, na condição social, cultural, econômica a que estão inseridos, permitindo que eles tenham uma maior conscientização da importância da leitura, enquanto prática social, bem como seu envolvimento com questões de ordem ambientais, que representam o objeto livro em todas as áreas do saber.

Palavras-chave: Livro impresso, livro digital, leitura e leitor contemporâneo.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the reading practices in contemporary as well as present the digital book and the printed book together with the questions that allow us to present the peculiarities of the contemporary reader against the use trends of technological resources that change their habits and practices reading, since the book has many forms and shapes. Amid the current reading practices, it is possible to discern the peculiarities of the contemporary reader in a scenario of technological, social and ambientais. A methodology used was from an exploratory, descriptive and applied. Through information gathered on the contemporary profile through a quantitative research as a representative instrument of the features include the profile of the contemporary reader. Then comes this context, key elements for understanding the contemporary reading practices that encompass social, political, cultural and economic. The social and political aspects when it comes to the "act of reading" to be a social practice that can only be enhanced among the actions and political practices that encourage reading, provided by social values and behaviors that contribute to draw the reader's profile contemporary. Cultural aspects fall on the influences and motivations of reading, the reader's level of education and the various forms of access they have the book. Finally, the economics deal with the issue of family income, which, in many cases, factor becomes limiting access to the book in its many forms. Before this study, it is concluded that the contemporary reader's peculiarities mark a new culture and a new trend that will make a difference in the future of the Brazilian player as a result of consumer habits and reading practices, as are based, first, the social, cultural, economic, to which they belong, allowing them to have a greater awareness of the importance of reading as a social practice, as well as his involvement with environmental reasons to book representing the object in all areas of knowledge.

Keywords: printed book, digital book, reading and contemporary reader.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CD	Compact Disc
INL	Instituto Nacional do Livro
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PNLL	Programa Nacional do Livro e da Leitura
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO DO LIVRO: FORMAS E FORMATOS DO MANUSCRITO AO LIVRO DIGITAL	18
1.1 A origem do livro: breve histórico	18
1.2 O livro impresso: conceitos	21
1.3 A tecnologia do livro impresso ao digital	24
CAPÍTULO II – O MUNDO DA LEITURA: MOTIVAÇÕES E INFLUÊNCIAS	30
2.1 Evolução da Imprensa Nacional	30
2.2 Plano Nacional de Leitura e do Livro: um desafio de política pública	32
2.3 Bibliotecas brasileiras: principal fonte de acesso ao livro	37
2.4 A leitura no Brasil: concepções e reflexões	39
CAPÍTULO III – AS PECULIARIDADES DO LEITOR CONTEMPORÂNEO	47
3.1 Questões ambientais do livro impresso ao digital	49
3.1.1 Vantagens ambientais da leitura do livro impresso	53
3.1.2 Vantagens ambientais da leitura do livro digital	55
3.2 Apresentação das peculiaridades do leitor contemporâneo	59
3.2.1 Escolaridade	61
3.2.2 Leitura de livros por sexo	54
3.2.3 Leitura por renda familiar	62
3.2.4 Leitura por idade	63
3.2.5. Leitura por prazer ou obrigação	64
3.2.6 Leitura por motivações	65
3.2.7 Motivação para escolher onde comprar livros	65
3.2.8 Fatores que influenciam a escolha do livro	66
3.2.9 Os principais influenciadores	66
3.2.10 Os lugares em que os leitores costumam ler	67
3.2.11 As principais formas de acesso	67
3.2.12 Frequencia com que costuma usar a biblioteca	68
3.2.13 Perfil do usuário de biblioteca por escolaridade	69
3.2.14 O que motivaria o leitor a freqüentar mais a biblioteca	69
3.2.15 O uso que faz da internet	69
3.2.16 A leitura e contato com E-books e livros digitais	70
3.2.17 A leitura de livros digitais por escolaridade	71

3.2.18 Leitura de livros impressos e livros digitais	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICES	82
A – Instituto Pró-Livro	83
B – Perfil por Idade e Escolaridade	89
C – Número de livros lidos por sexo ao ano	89
D – Número de livros lidos por renda familiar	90
E – Leitura por prazer ou Obrigação	90
F – Motivações para ler um livro	91
G – Motivações para escolher onde comprar livros	91
H – Fatores que influenciam a escolha do livro	92
I - Principais influenciadores	92
J – Lugares em que os leitores costumam ler	93
K – Principais formas de acesso ao livro	93
L – Frequencia com que costuma usar a biblioteca	94
M – Perfil do usuário de biblioteca por escolaridade	94
N – O que motivaria o leitor a frequentar mais a biblioteca	95
O – O uso de que faz da internet	95
P - Contato com E-books e livros digitais	96
Q- Leitura de livros digitais por escolaridade	96
R – Livros impressos x Livros digitais	97

INTRODUÇÃO

A abordagem das peculiaridades do leitor contemporâneo e a prática de leitura no Brasil é um assunto muito importante para a pesquisa e o desenvolvimento da educação no Brasil. Isto porque por meio dela é possível refletir sobre o papel do livro impresso e do livro digital em meio às práticas de leitura, permitindo assim vislumbrar as peculiaridades do leitor contemporâneo diante de tantas mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e ambientais.

Formei-me em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2004, desde essa época venho refletindo sobre a leitura, especificamente sobre as práticas de leitura. Desde o período de minha formação, fui instigada a pesquisar assuntos que envolvesse hábitos e práticas de leitura, assim como motivos que levava um aluno a sentir necessidade de recorrer a um livro, seja para enriquecimento pessoal, seja para formação profissional, ou ainda, por simples entretenimento.

Entender a prática de leitura no Brasil não é tarefa fácil porque são inúmeras as influências e as motivações que acarretam o que chamamos de ler. Outro elemento importante, é que a sociedade vem passando por profundas transformações em todas as áreas, duas delas chamam a atenção, direcionando inclusive o foco desta pesquisa: Primeiro, sobre as influências da tecnologia na formação do leitor presente nos hábitos e nas práticas de leitura, tanto do livro impresso, quanto do livro digital, assim como suas vantagens ambientais; e, segundo busca refletir quanto às conseqüências das escolhas em relação à prática de leitura que aponta para a identificação do leitor contemporâneo quer adepto ao livro impresso, quer adepto ao livro digital, a partir de sua escolaridade, de sua renda, dos principais canais de acesso e uso das tecnologias.

Todavia, após inúmeras leituras, busquei delimitar o assunto e o *corpus* da pesquisa, na tentativa de caracterizar o leitor contemporâneo, assim como as influências e as motivações de leitura, contemplando a prática de leitura na atualidade em meio às tantas revoluções da sociedade.

Para isso, foi necessária fazer uma abordagem mais breve do livro impresso e do digital num viés que permite visualizar os principais aspectos que motivam e influenciam a prática de leitura, sem deixar de resgatar os benefícios de cada um deles numa visão contemporânea.

O problema central deste estudo baseou-se, portanto, na identificação dos aspectos que caracterizem o leitor contemporâneo e, para isso, foi necessário retomar características históricas que possibilitam inter-relacionar livro, leitura e leitor numa abordagem que permite contemplar como o passado influencia o presente e, conseqüente futuro em relação às práticas de leitura.

A evolução do livro e, conseqüentemente, as práticas de leitura refletem diretamente nos “modos de ler” na contemporaneidade, tendo como perspectivas o leitor e as variadas influências da tecnologia, da sociedade e do ambiente na contemporaneidade, uma vez que as transformações do conhecimento sobre o leitor influenciam a cultura do homem sobre si e, respectivamente, sobre o mundo em que vive.

A metodologia utilizada foi a partir de uma pesquisa exploratória, aplicada e descritiva. Através de informações levantadas a respeito do perfil contemporâneo por meio de uma pesquisa quantitativa, como instrumento representativo das características que englobam o perfil do leitor contemporâneo.

Por se tratar da utilização de dados do Instituto Pró-Livro, o esboço deste estudo pretendeu levantar os dados previstos e publicados em 2012, para que por meio reflexões tornasse possível compreender os hábitos de consumo e as práticas de leitura do leitor contemporâneo presentes na 3ª edição do “Retratos do Brasil”.

Com efeito, após delimitada e arquitetada a melhor forma de apresentação dos dados com permitiram compreender as peculiaridades dos leitor contemporâneo, foi necessário apresentar reflexões sobre algumas tabelas do Instituto Pró-Livro que estão disponíveis no apêndice deste trabalho.

A primeira fase consistiu em uma “observação pouco estruturada” que se baseou, preferencialmente, na observação e na coleta dos dados que permitissem refletir sobre os hábitos de consumo e as práticas de leitura.

Posteriormente, numa segunda fase, surgiu a necessidade de após levantar concepções teóricas que embasassem a compreensão dos dados delimitados em alguns aspectos que representassem melhor o universo dos leitores, sendo contudo se orientado por meio dos seguintes elementos: Escolaridade; Leitura de livros por gênero; Por renda familiar (classe econômica); As preferências e motivações dos leitores; As principais influências e seus influenciadores; Os canais e formas de

acesso ao livro; O acesso, o uso da tecnologia e da internet; As bibliotecas; E a leitura do livro digital.

Por esse motivo, toda a investigação desta pesquisa do leitor na contemporaneidade vincula-se, necessariamente, à construção de um eixo temporal marcado por um início e um fim, que ao dialogar com o presente e o futuro cria expectativas e preocupações que norteiam o mundo em se tratando das atuais mudanças climáticas e dos riscos de sobrevivência.

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa se fundamentou nos pressupostos sociais em decorrência da necessidade de se compreender à função social da leitura, a fim de se reconhecer a complexidade e especificidade dos fenômenos sociais como a promoção da leitura a partir da inserção das tecnologias, tendo por base, as formas e formatos dos livros, na formação do leitor contemporâneo, em detrimento da participação dos indivíduos nesse processo de mudança de consciência da humanidade.

Este último, objeto de estudo deste trabalho, no qual pretende caracterizar o leitor contemporâneo, baseando-se, principalmente na relação do leitor de livros impressos e na forte presença da tecnologia dos livros digitais, que permite identificar o usuário de recursos tecnológicos como os E-books e do acesso as infinitas formas de livros digitais na internet.

Com efeito, foi preciso realçar o papel dos meios e as formas de acesso ao livro para compreender os entraves e as facilidades dos mesmos, para que à prática da leitura pudesse ser identificada tendo por base os seguintes aspectos: Escolaridade; Leitura de livros por gênero; Por renda familiar (classe econômica); As preferências e motivações dos leitores; As principais influências e seus influenciadores; Os canais e formas de acesso ao livro; O acesso, o uso da tecnologia e da internet; As bibliotecas; E a leitura do livro digital.

A caracterização e as circunstâncias do perfil do leitor contemporâneo se estabeleceram num contexto complexo, diante disso a metodologia se fundamentou em dois pressupostos, primeiro do caráter social e segundo cultural. A fim de se construir um perfil de um modelo de leitor que se estabeleceu mediante uma ruptura da modernidade com a contemporaneidade, em relação ao funcionamento e o processo consciente de sua formação, em detrimento da realidade tecnológica, em se tratado da existência e da vivência do leitor com a tecnologia.

A divisão do trabalho encontra-se organizada em três partes cujo tema é livro, leitura e leitor contemporâneo. Por esse percurso, são apresentados os dados do Instituto Pró-Livro pela pesquisa intitulada Retratos da leitura no Brasil. No primeiro capítulo, intitulado “A evolução do livro: formas e formatos do manuscrito ao digital”, apresento questões relevantes ao retomar o percurso histórico da evolução do livro do manuscrito ao digital, assim como suas formas e formatos. Discorro sobre aspectos históricos e sociais relacionados às formas e aos formatos do livro, alcançando a discussão sobre leitor na contemporaneidade. Os estudos de Febvre Martin (1992), Cavallo e Chartier (1998), Chartier (1999), Zilbermann (2001, 2005), Kuba (2012) sustentam esse percurso.

No segundo capítulo, aprofundo o estudo sobre a leitura numa tentativa de compreendê-la de forma mais ampla. O capítulo foi intitulado “O mundo da leitura: motivações e influências” e subdividido em quatro partes, objetivando apresentar as motivações e influências para leitura dos livros retratados primeiro pela Imprensa Nacional, numa breve abordagem histórica; as políticas públicas de leitura e o Programa Nacional de leitura do livro, a fim de se observar as ações do governo em relação às práticas de leitura e acesso ao livro; as bibliotecas brasileiras enquanto fonte de acesso ao livro, promovendo inclusive a discussão sobre a realidade desses ambientes em função da precariedade desses espaços e, por último, as práticas de leitura: concepções e reflexões, em que se buscou elucidar as principais concepções acerca dessas práticas pelo viés histórico relacionado ao ensino. Nessa parte, ganhou destaque ainda o fato do ato de ler ser pautado no conhecimento prévio do leitor, em níveis distintos, procedimento que pode ser considerado de alta complexidade no que concerne aos objetivos da leitura presente nos parâmetros curriculares de ensino. A sustentação teórica foi assegurada em Kleimann (1989), Zilbermann (1985; 2001), Milanese (1997), Gadotti (2000), Rosa e Oddone(2006) e Geraldi (2006).

No terceiro e último capítulo, apresento uma contextualização dos dados do Instituto Pró-Livro e faço reflexões sobre as informações publicadas na 3ª edição “Retratos de Leitura no Brasil” sobre alguns temas correlacionados às práticas de leitura tendo por base, a escolaridade, a renda familiar, as principais influências e motivações, os canais de acesso e uso das tecnologias, o contato com livros impressos e digitais, a fim de se traçar os limites e as peculiaridades do leitor contemporâneo numa perspectiva social, cultural, econômica e ambiental.

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO DO LIVRO: FORMAS E FORMATOS DO MANUSCRITO AO DIGITAL

Este capítulo tem por finalidade apresentar um panorama da evolução do livro do manuscrito ao digital, considerando a amplitude que cerca a discussão sobre o livro, suas formas e formatos, permitindo, com isso, um melhor entendimento do leitor por práticas de leitura que ultrapassem o imaginário do leitor e que contribua para caracterizar o perfil do leitor contemporâneo.

1.1 A origem do livro: breve histórico

Rever conceitos sobre a origem do livro permite um retorno ao passado num processo de descoberta que instiga a curiosidade sobre o percurso da humanidade na busca pelo conhecimento, em se tratando do livro ser um instrumento de propagação da cultura e produto da própria cultura.

Segundo Kuba (2012, p. 12):

[...] desde os primórdios o homem já sentia vontade de se comunicar, e mesmo os homens das cavernas já tentavam registrar nas paredes de suas moradias desenhos que representavam pensamentos. Porém esses desenhos não eram considerados como escrita, pois cada um dos traços eram feitos por ideias pessoais, ou seja, não mantinham um potencial de comunicação com outros homens, pois não eram padronizados.

Os desenhos dos homens na caverna serviam, portanto, como registro e não como comunicação entre os demais. A ausência de padronização dos registros impedia que essa comunicação ocorresse. Rever registros históricos antes de se abordar a leitura é importante porque eles auxiliam a delimitar a escrita que surgiu da necessidade de se registrar, por marcas coletivas, meios de promover a comunicação entre os homens.

Se a escrita permite comunicação por registros, a leitura vai além dessa tentativa. Para Freire (1996), por exemplo, a leitura de mundo precede a leitura da palavra, e a leitura desta implica na continuidade da leitura daquela, isto é, da leitura de mundo do leitor. Desse modo, vemos o quanto a leitura é importante na formação de leitores críticos, como também nos torna capazes de compreender os acontecimentos do mundo que nos cerca atuando sobre eles.

Quando somos alfabetizados, ou mesmo antes disso, e passamos a ler o mundo por meio de experiências que influenciam nosso modo de ver e viver a vida revelamos escolhas de leitura e apontamos para uma relação que pode ser estabelecida entre leitor e livro. Essa relação complementa e enriquece a leitura de mundo do leitor.

E a relação leitor e livro passa pela escrita, adentrando na discussão sobre as transformações sofridas pela materialidade do livro. A escrita foi considerada elemento fundamental para que os registros dos homens fossem organizados, posteriormente impressos e publicados:

A escrita veio muito antes do surgimento do papel impresso. Os sumérios gravavam suas escrituras em suportes de argila e usavam um objeto com formato de cunha para grafá-las, desenvolvendo assim a escrita cuneiforme – a mais antiga forma de escrita conhecida – por volta de 3.500 a.C. que se consistia em pictogramas sintetizados. Já no Egito, o suporte utilizado era o papiro, que provinha de uma parte de planta e, que também foi usado pelos romanos que criaram o *volumen*, um cilindro no qual o papiro era enrolado e a leitura se dava conforme o volume era desenrolado. (FEBVRE 1992 *apud* KUBA, 2012, p.12).

O papel impresso foi desenvolvido no Egito antigo, o qual era produzido em tiras que viravam peças que podiam ser coladas em outras, formando rolos. Outras formas posteriormente foram desenvolvidas: os romanos, por exemplo, utilizavam-se dos pergaminhos feitos geralmente de pele de carneiro ou de outro animal.

O pergaminho era muito extenso e passou a ser retalhado em folhas soltas que eram reunidas e costuradas ou coladas, e por fim, encapadas com algum material mais rígido. A partir do séc. IV, os cristãos padronizavam esse formato de manuscrito para suas escrituras sagradas, conhecidas como códice. Esse formato se diferenciava da literatura pagã que ainda usava os rolos de pergaminho, e então os códices se designaram na Idade Média como

o próprio formato das escrituras cristãs. Assim, considera-se a origem do livro a partir do momento que códices foram criados, pois eles apresentavam sua estrutura similar aos livros de hoje, e que antes tal formato não existia. (MACHADO, 1997 *apud* KUBA, 2012, p.13).

O processo de construção do livro e de sua estrutura foi marcado pelo momento histórico em que o livro passou a ser considerado arte. Essa produção dependia de escribas e de materiais provenientes de plantas, pele de animais, sofrendo inúmeras adaptações que permitiram transformar e valorizar esse trabalho com figuras. A materialidade da escrita alterou-se no decorrer do tempo e se o suporte em que ela se amparava permitia o registro do pensamento, com o tempo o sentido de livro se modificou.

A palavra livro (*Liber*) atribuía uma ideia mais ampla, designava qualquer suporte que fixasse um pensamento, seja uma madeira, um pergaminho, ou qualquer outro material. Foi posteriormente ao fato de que o formato do *códice* passou a ser usado amplamente que a terminologia do livro passou a ser usada ao que se conhece hoje como impresso e papel. A Bíblia de Gutemberg seguia o *códice*, já que era um livro cristão, assim o formato se tornou tão parte de nossas culturas, que fica difícil associar o livro ao seu conceito original. (MACHADO, 1997 *apud* KUBA, 2012, p.15).

As transformações do livro ocorreram pela necessidade de conservação da escrita para gerações futuras, assim como pela tentativa de propagação e acesso à informação e produções culturais, contribuindo, com isso, para a evolução das ciências, das artes, da religião dentre outras.

A partir da segunda metade do século XV quando o entendimento de livro se associou ao *códice* Machado (1997 *apud* KUBA, 2012) relata que o livro passou a ser entendido como qualquer dispositivo capaz de guardar pensamentos e passá-los adiante, como já foi dito, chegando até mesmo a exemplificar as tábuas de madeira no oriente antigo a até mesmo os homens-livros que surgiram na época em que o livro foi considerado ilegal e todos os seus exemplares queimados na fogueira.

Um grande marco na história do livro, bem como na história da tipografia no Ocidente, foi a invenção da imprensa pelo alemão Johanners Gutenberg, em 1454. Gutenberg criou os tipos móveis permitindo o avanço na fabricação e divulgação dos

livros já confeccionados em papel. O primeiro livro impresso foi a bíblia de 42 linhas que seguia o formato do códice (KUBA, 2012).

O códice foi fundamental para a formalização e estruturação do livro, permitindo propagar ideias, pensamentos e comportamentos enquanto conhecimento de um povo. De acordo com Febvre e Martin (1992, p. 355-356):

Durante os séculos que precederam a imprensa, aqueles que se encarregavam de reproduzir livros a mão, haviam sabido, vimos, adaptar sua produção para responder a novas necessidades. Na primeira parte do séc. XV, existiam sem dúvida oficinas em quase toda parte onde se copiava às dezenas, senão centenas, os manuscritos mais procurados, livros de horas ou de piedade e obras de ensino elementar. De tal modo que, no início, os contemporâneos de Gutenberg puderam talvez ver na reprodução mecânica dos textos apenas uma inovação técnica cômoda, útil sobretudo para a multiplicação dos textos mais correntes. Mas logo se revelaram as possibilidades que o novo processo oferecia bem como seus efeitos transformadores. Pois, bem depressa, a imprensa, tornando os textos mais amplamente acessíveis, assegurou-lhes uma força de penetração que não pode ser comparada à dos manuscritos. Alguns números serão suficientes para mostrar a amplitude desse movimento: 30.000 a 35.000 impressões diferentes executadas entre 1450 a 1500 chegaram até nós, representando cerca de 10.000 a 15.000 textos diferentes.

Portanto, a criação de Gutenberg permitiu que textos fossem multiplicados colocando em cena o trabalho de reprodução de livros feitos à mão. Isso garantiu a proliferação da escrita e o alcance dela por uma quantidade maior de leitores, como será desenvolvido posteriormente. Os manuscritos, então, passaram a ser vistos como prática incapaz de responder ao que a imprensa apresentava.

1.2 O livro impresso: conceitos

O livro como suporte do conhecimento permitiu transmitir e propagar a escrita, divulgando comportamentos, sentimentos e modos de vida. Permitiu ainda preservação e manutenção desse saber.

De acordo com Villaça (2002, p. 29), o livro impresso “representou um ponto de convergência da técnica, do espírito mercantil e da circulação das ideias”. Isto porque, com o passar dos anos, o alcance dos homens pelos mares e o aumento quantitativo da população fez com que o livro chegasse a outros continentes, ultrapassando barreiras e fronteiras em todo o mundo.

O reconhecimento do livro em sua materialidade impressa, passando a ser considerado cada vez mais objeto de consumo a um número irrestrito de leitores foi muitas vezes caracterizado como instrumento de poder.

Tornar a Bíblia diretamente acessível a um maior número de leitores, não somente em latim, mas também nas línguas vulgares, fornecer aos estudantes e aos doutores das universidades os grandes tratados do arsenal escolástico tradicional, multiplicar, sobretudo, além dos livros de uso, os breviários e os livros de horas necessários à celebração das cerimônias litúrgicas e à prece diária, as obras místicas e os livros de piedade popular, tornar sobretudo a leitura dessas obras mais facilmente acessível a um público muito vasto, esta foi das principais tarefas da imprensa no seu começo. (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 361).

É importante frisar que, em toda a história da humanidade, o livro era objeto de valor porque veiculava saberes e poucas pessoas tinham o domínio da leitura, a alfabetização pertencia à nobreza, ao clero e a personalidades da sociedade. O livro impresso somente passou a ter expansão comercial no século XV com a imprensa no continente europeu, que tinha por interesse multiplicar obras de cunho popular, principalmente pelos jesuítas que trabalhavam pelo mundo a fim de evangelizar os homens. Pretendia-se, com isso, propagar o sentimento religioso por toda a Europa e pela América com obras clássicas.

O papel da imprensa foi, até os últimos anos do séc. XV, não tanto o de difundir textos recentemente encontrados ou corrigidos pelos humanistas, como o de tornar conhecidos, multiplicando-os, os escritos pelos quais os homens da Idade Média entravam tradicionalmente em contato com as letras clássicas (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 361).

A Imprensa passou a exercer papel fundamental ao produzir e difundir textos num processo mais rápido e ágil do que até então existia. Na Europa, essa produção visava alcançar todos os públicos com obras que alimentassem suas vidas e suas almas, o que comprova que o livro, aos poucos, foi conquistando leitores por toda terra, além-mar, e sobreviveu ao tempo e ao espaço.

Ainda no séc. XV muitas obras eram impressas sob forma medieval sob um nome falacioso; mas isso logo cessou. Enfim, não o esqueçamos para os autores surge a possibilidade de mandar imprimir e divulgar doravante suas obras em exemplares múltiplos, de tornar seu nome conhecido: estimulante precioso e também indício de um tempo novo, aquele em que os artistas assinarão suas obras e os escritores também – em que, pouco a pouco, a “profissão de autor” tomaria nova forma. E bem depressa, diante da onda crescente das novas obras destinadas a um público sempre mais vasto, a herança da Idade Média vai perder sua importância (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 374).

Importante ressaltar que na Idade Média não havia uma preocupação em nomear as obras, com a introdução da imprensa surgiu a necessidade de se procurar o verdadeiro autor das obras que eram impressas, chegando ao ponto de inventá-lo.

Importante destacar ainda que a revolução do livro – do manuscrito ao impresso – não foi absoluta, as estruturas fundamentais do suporte da escrita se baseavam no códex, compostos de folhas dobradas num certo número de vezes, determinando o formato do livro tal como hoje conhecemos.

Esses cadernos eram montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície das páginas, os instrumentos que lhe permitiam identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários já existiam desde a época do manuscrito.

A hierarquia dos formatos sofridos pelo livro, por exemplo, existia desde o tempo do manuscrito: o grande in-fólio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica, do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos antes de Gutenberg e o *libellus*, isto é, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção e, às vezes, de diversão (CHARTIER, 1999).

A revolução industrial e, conseqüentemente, o aumento da produção em grande escala do livro afetou os modos de agir e de pensar da sociedade, ou seja, influenciou a cultura de um povo. No final do século passado muitos foram os efeitos do uso da comunicação e da informação proveniente dos recursos eletrônicos que vêm transformando o cotidiano das pessoas.

Para Chartier (1999), anterior ao advento dos recursos eletrônicos, não houve uma ruptura entre texto manuscrito e impresso. Na realidade, o escrito copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg. Para os textos proibidos, cuja

existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra. O dissidente do século XX que propagava ideias pelo *samizdat*¹, no interior do mundo soviético, em vez da impressão fazia uso do manuscrito.

De modo geral, em se tratando da relação entre autor e leitor, havia uma forte suspeita do texto impresso que supostamente romperia a familiaridade entre autor e leitor e corromperia a escrita dos textos, colocando-os em mãos “mecânicas” e nas daqueles que na Inglaterra do século XVIII se chamava *gentleman-writer*, aquele que escrevia sem entrar nas leis do mercado, à distância dos maus-modos dos livreiros-editores, e que preservava assim uma cumplicidade muito forte com os leitores (CHARTIER, 1999).

Sendo assim, rever a evolução do manuscrito ao livro impresso permite vislumbrar a arte e o conhecimento sendo transpassados pelos séculos de forma singular, ganhando formas e ultrapassando limites, que ainda hoje refletem no objeto de valor a que chamamos de livro, respectivo objeto de consumo. Assunto retratado no próximo capítulo.

1.3 A tecnologia do livro impresso ao digital

Com o advento das novas tecnologias, analisar os objetivos do livro permite refletir a vida em sociedade, assim como a vida têm sido afetada pela tecnologia que cada vez mais ocupa o cotidiano das pessoas.

No entanto, o livro impresso apresenta particularidades para o leitor que, por vezes, não são atendidas pelo leitor do livro em suas formas e formatos digital. Muitos leitores preferem o livro impresso para leitura acreditando que assim poderão fazer uma leitura mais aguçada e profunda do texto. De acordo com Zilberman (2001, p. 118):

[...] a lógica do capitalismo, fundada na obsolescência programada, sugere que o livro não vai desaparecer, porque encontrará seu nicho no sistema. Talvez se torne ainda mais elitizado; ou pelo contrário,

¹ Era uma prática nos tempos da [União Soviética](#) destinada a evitar a [censura](#) imposta pelos governos dos partidos [comunistas](#) nos países do [Bloco oriental](#). Mediante esta prática, indivíduos e grupos de pessoas copiavam e distribuíam clandestinamente livros e outros bens culturais que haviam sido proibidos pelo governo.

ameaçado de desaparecimento, providencie no barateamento do custo e à renovação de popularidade.

O texto em suporte digital não necessariamente aponta para o fim do livro impresso, como diz a autora. Para Belo (2002, p. 20):

Uma perspectiva histórica permite-nos começar por compreender que a inquietação com o futuro do livro não é um fenômeno novo. O sentimento de que o livro estava ameaçado apareceu pela primeira vez na segunda metade do século XIX, no momento em que, por razões econômicas, culturais e tecnológicas, a leitura dos jornais se popularizou, chegando às novas franjas de leitores que não liam livros habitualmente.

A leitura do jornal colocou em cena a sobrevivência do livro, e mesmo ganhando popularidade jornal e livro continuaram a buscar leitores. Se no século XIX era o jornal que ameaçava a sobrevivência do livro, atualmente a tecnologia permite revisitar essa discussão. Obviamente, as novas tecnologias geram certas dificuldades de acesso à informação, entretanto, facilitam outras, assim como não se discute o fato de a internet ter conseguido disseminar amplamente a informação em suas inúmeras formas dando o subsídio necessário aos meios de comunicação em sua propagação.

Em espaço restrito, a disseminação do livro deveria ocorrer por políticas públicas de formação de leitores, pelo papel da escola e das bibliotecas. As bibliotecas como espaços de preservação histórica e armazenamento do conhecimento deveriam possuir um ambiente necessário de suportes e tecnologias que viabilizariam a prática de leitura.

Para Lévy (1999), a tecnologia é produzida dentro de uma cultura e esta acaba condicionada àquela, no sentido de que, a partir da existência de uma dada técnica, a sociedade que a possui acaba por não mais viver sem ela pelas possibilidades que ali se abrem.

A adaptação dos meios de comunicação e as tendências tecnológicas da contemporaneidade são ferramentas imprescindíveis para que o livro enquanto objeto continue em seu processo de evolução, aliado agora às tecnologias, buscando, assim, cada vez mais novos suportes e novas ferramentas.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17, grifo do autor).

A internet permitiu, então, o acesso “ao universo oceânico de informações”, bem como o estabelecimento de relações por pessoas que adentram e participam desse ciberespaço. Por isso, continua Lévy (1999, p. 44.):

O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente da rede universal calculante. Suas funções pulverizadas infiltram cada elemento do tecno-cosmos. No limite, há apenas um único computador, mas é impossível traçar limites, definir seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si.

A noção de cultura do ciberespaço aliado a um programa educacional pode dar um novo direcionamento ao desenvolvimento da educação no Brasil, pois ao democratizar o acesso à informação cria-se conhecimento e surge daí um novo contexto em que a internet e a tecnologia passam a ser aliadas na construção do saber e na formação dos futuros leitores.

“O ciberespaço não compreende apenas materiais, informações e seres humanos, é também constituído e povoado por seres estranhos, meio textos meio máquinas, meio atores, meio cenários:os programas”(LÉVY, 1999, p. 41).

Programas que são recursos tecnológicos que permitem que se interpretem dados, e através da internet fazem funcionar computadores e redes, reproduzindo informações que transformam-se em conhecimento, ingrediente necessário para a formação escolar.

O termo letramento digital é resultado dessas transformações históricas. De acordo com Lévy (1999), esse termo remete à capacidade do indivíduo de direcionar

o uso das tecnologias da informação e comunicação em prol de seus objetivos pessoais como membro ativo de uma sociedade cada vez mais tecnologizada.

O que justifica refletir não só sobre a exclusão digital, mas também sobre a inclusão digital, capaz de fazer da tecnologia e dos meios de comunicação um instrumento de combate ao analfabetismo, necessário para a evolução da sociedade que vive inúmeras transformações em todas às áreas.

De acordo com Coscarelli (1999, p. 83):

Para que o uso da informática na educação faça sentido, é necessário repensar o conceito de aprendizagem e, em função disso, definir novos papéis para alunos e professores. Ou seja, para que as novas tecnologias aplicadas à educação apresentem resultados positivos, é preciso haver mudanças e mudar não é tarefa fácil nem rápida.

No que tange à realidade educacional, a relação do sujeito com a tecnologia, podendo ser aqui delimitada em internet e ferramentas tecnológicas, tem esbarrado na exclusão digital, mesmo que tenha sido criado pela tecnologia um mundo de infinitas possibilidades.

Não favorecendo esse acesso à informática e não a transformando em aliada para a educação, sobretudo das camadas populares, a escola estará contribuindo para mais uma forma de exclusão de seus alunos; e isso vai excluí-los de muitas outras instâncias da sociedade contemporânea, que exige dos seus cidadãos um grau de letramento cada vez maior (COSCARELLI, 2007, p. 32).

Nesse sentido, mesmo com a exclusão digital, a inovação das tecnologias e o acesso a elas e à internet podem permitir que a aprendizagem seja gerada num ambiente mais produtivo e propício

A aprendizagem que está sendo examinada à luz das novas tecnologias refere-se a línguas, matemática, ciências humanas e naturais, artes [...] assim como habilidades intelectuais que estão associadas com essas várias matérias: habilidade de construir para si mesmo uma imagem mental da realidade, de raciocinar, de fazer julgamentos, de solucionar vários tipos de problemas, de inventar, etc. Essa aprendizagem é também, por exemplo, o desenvolvimento de independência pessoal e responsabilidade, assim como várias

habilidades sociais e de conduta. (GRÉGOIRE *et al.*, 1996 apud COSCARELLI, 1998, p. 36).

Contudo, é preciso ter acesso à informação, saber buscá-la e encontrá-la, dominar seu uso, organizá-la e entender suas formas de organização e, sobretudo, utilizá-la apropriada, adequada e eficazmente. Isto porque ter acesso à internet simplesmente não garante o domínio e a eficaz utilização da informação.

Spitz (1999) ressalta que utilizar a internet exige diversas capacidades (como compreensão de textos complexos, comunicação por escrito, operação de computadores e softwares entre outras), o que supõe um certo grau de instrução. Capacidades e habilidades que devem ser desenvolvidas e aprimoradas no ambiente escolar com finalidades e objetivos específicos para que o aluno/leitor tenha domínio eficaz na utilização dessas ferramentas.

Nesse contexto, Papert (1997) defende a necessidade de mudar a escola, o conteúdo de aprendizagem, a maneira de ensinar, a forma de aprender, a organização do espaço e do horário escolar, a forma de comunicação entre os sujeitos da escola. Nos discursos da política educacional, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) emergem como razão de Estado, no sentido de defesa das aspirações das comunidades nacionais por enunciações que afirmam o seu valor nas novas configurações da economia e na necessidade estratégica de formar uma população capaz de operar com essas tecnologias.

Sendo assim, espera-se que tanto a escola, quanto os pais fiquem atentos à formação do leitor contemporâneo, que desde a infância vem sendo apresentado a todos os tipos de tecnologia e recursos que contribuem para sua formação, tendo cada vez mais intimidade com instrumentos eletrônicos tais como: celulares, tablets, notebooks etc.

Yunes (1985, p.11), por exemplo, lembra que é preciso reconhecer [...] “a leitura como condição indispensável ao desenvolvimento social e da realização individual”.

O permite-nos afirmar que os valores e comportamentos contemporâneos atribuem à leitura a possibilidade de despertar a consciência e a responsabilidade do ser humano, além disso nos faz refletir, que não podemos ter uma visão determinista e limitada sobre a complexidade deste assunto, por ser a prática de leitura uma

prática social, que obrigatoriamente, instigará novos ideais, pensamentos, valores e comportamentos variados que ampliarão a percepção do indivíduo e sua maneira de perceber o mundo, as coisas e a si mesmo.

Além disso, cada vez mais o livro e as práticas de leitura estão associadas aos infinitos recursos tecnológicos, uma vez que as tecnologias do livro impresso e do livro digital podem contribuir para minimizar as desigualdades sociais, econômicas e culturais, quando se efetivarem realmente como política pública de formação de leitores, podendo gerar uma conscientização em se tratando da responsabilidade ambiental, uma vez que o novo leitor contemporâneo depende do ambiente em que vive para sua sobrevivência e de recursos naturais para produção dos livros. Assunto que será abordado no terceiro capítulo, a fim de se compreender a que proporção o leitor contemporâneo mudou em relação aos elementos que formavam o leitor clássico e moderno que não possuíam dos mesmos recursos tecnológicos.

CAPÍTULO II

O MUNDO DA LEITURA: MOTIVAÇÕES OU INFLUÊNCIAS

Este capítulo tem por objetivo compreender e refletir sobre a leitura, o que implica reconhecer o leitor em seu processo de construção da leitura no espaço e no tempo. Entender as reais motivações e influências para a prática de leitura no Brasil permite conhecer aspectos que evidenciam os porquês das diferenças e contrariedades dessas práticas entre homens e mulheres em diferentes faixas etárias, diferentes interesses e acesso ao livro. Entretanto tratar a amplitude da leitura requer a visualização de dois polos: das práticas e do ambiente facilitador, reconhecendo que esse ambiente se dá por fatores políticos, sociais, culturais e econômicos que transpõem os limites deste estudo.

2.1 Evolução da Imprensa Nacional

Para compreender a expansão do livro no Brasil foi preciso revisitar o percurso histórico e político da Imprensa Nacional que marcava o país pela colonização e controle de materiais impressos.

A chegada do livro no Brasil somente foi possível, com a chegada da imprensa que surge no Brasil no ano de 1808, quando a corte real de Portugal tornou necessária a circulação de informativos no território brasileiro, e, a cada impressão era submetida à censura pelo rei. A Imprensa Régia que fora criada em Lisboa em 1641 teve sua liberdade reprimida pelo monarca de 1768 até o ano de 1777, ano da morte do rei D. José. Posteriormente, com a chegada da família real no Brasil, e visto a necessidade de publicar informativos oficiais, foi decretada a Carta Régia de 1808 na qual deixava de ser proibida a circulação de jornais. (KUBA, 2012, p. 17).

A vinda da corte para o Brasil foi fundamental para que se começasse a estruturação de uma imprensa que tivesse como principal objetivo a impressão de folhetins e informativos de interesse da coroa portuguesa. Segundo Lindoso (2004, p. 56):

[...] ao final do Séc. XIX e ao início do séc. XX, com a Proclamação da República, em 1889, o país tinha cerca de 14,3 milhões de habitantes, e a maior delas era o Rio de Janeiro, capital do Império e da recém fundada República. Como assinala Hallewell, a publicação de livros no Brasil começou em época muito tardia. Portugal proibia a existência de imprensa em sua colônia. Foi somente em 1808, quando D. João – então príncipe regente e posteriormente D. João VI de Portugal – chegou ao Rio de Janeiro, fugido da invasão napoleônica, que o país teve sua primeira imprensa. A corte trouxera de Portugal os equipamentos da Imprensa Régia e também o núcleo do acervo que mais tarde constituiria a Biblioteca Nacional, incluindo-se aí obras raras e incunáveis.

A produção do livro foi acarretada pela criação da Imprensa Régia e os acervos trazidos pela corte tornaram-se fontes para a Biblioteca Nacional numa época em que poucos tinham acesso ao livro. O fim do Império e o início da Independência do Brasil no final do século XVIII e início do século XIX apontam, inclusive, para o fortalecimento de movimentos em prol da escolarização (INÁCIO, 2002).

O déficit de empresas gráficas em todo o Brasil e o tamanho atraso tecnológico desestimulou toda a cadeia de fabricação do livro, principalmente sob a forte influência política, responsável tanto pela criação de subsídios necessários para o aquecimento do comércio em relação ao poder aquisitivo, quanto pela criação de incentivos tecnológicos que permitissem a impressão dos livros.

Muitos fatores impediram o desenvolvimento da imprensa editorial no Brasil, tais como as condições econômicas, culturais e tecnológicas de produção dos livros, além do produto livro esbarrar no dilema de qualidade técnica dominada pelos europeus, por se tratar de uma atividade que estava há séculos sendo desenvolvida.

Para Lindoso (2004, p. 57):

[...] somente a partir de meados do século XIX os grandes centros editoriais da Europa e da América do Norte passaram a ter empresas gráficas totalmente dedicadas à impressão de livros. O atraso tecnológico na produção do papel no Brasil e as tarifas alfandegárias também desestimulavam a fabricação local.

Com um maior número de leitores, a indústria editorial iniciou seu desenvolvimento no final do século XIX. Lindoso (2004, p. 55) afirma “de fato a

indústria editorial Brasileira chegou ao final do século XX como a maior da América Latina e, segundo o Euromonitor², em estudo sobre a indústria editorial no mundo, é a oitava em volume de produção do planeta”.

[...] A atividade editorial tem uma importância que ultrapassa seu limitado papel econômico, porque ela é essencial à vida cultural, científica e educacional das nações. [...] A produção de livros – que reflete de maneira direta a cultura, a história e os interesses de uma nação ou de um povo – é algo que não pode ser transferido a terceiros. [...] Essa é uma parte vital de uma cultura. Nesse sentido, a atividade editorial é diferente, merecendo consideração especial [...]. (ALTBACH 1995, p. 27 *apud* ODDONE, 1998, p. 30).

Contudo, ao longo da história, a criação, a produção e a reprodução dos livros no Brasil foram impedidas por vários fatores, dentre eles a falta de leitores, falta de incentivos para propagação de livros, tanto para entretenimento quanto para formação, o que nos leva a refletir sobre questões políticas acerca do sistema educacional, que será abordado no próximo item a fim de se evidenciar os desafios e conquistas dos leitores brasileiros.

2.2 Plano Nacional do Livro e da Leitura: um desafio da política pública

Tratar sobre políticas públicas de leitura requer compreender os hábitos e as práticas de leitura de um determinado povo, assim como delimitar conceitos que ilustrem o desenvolvimento dos programas de incentivo à leitura, considerando que a democracia brasileira ainda se baseia em políticas públicas que avançam lentamente no que tange ao desenvolvimento educacional.

Vários foram os programas e ações do governo responsáveis pelo incentivo à leitura, no entanto, poucas conseguiram ultrapassar as fronteiras e se manterem ao longo dos anos, uma vez que seus objetivos deveriam ser o de transformá-las em políticas para o desenvolvimento da educação e da cultura enquanto um direito básico previsto na constituição.

² é uma propriedade privada, com sede em Londres [inteligência de mercado](#) da empresa, fornecendo pesquisa de mercado, relatórios de inteligência de negócios, e os dados para a indústria. A empresa foi fundada em 1972.

No capítulo intitulado “Aprendizado inicial da leitura”, o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) ressalta que:

[...] a leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder a perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infundável dessas atividades escolares. (BRASIL, 1997, p. 42).

Para os PCNs, as atividades de leitura e o trabalho de reflexão sobre a língua são importantes por possibilitar a discussão sobre diferentes sentidos atribuídos aos textos e sobre os elementos discursivos que validam ou não essas atribuições de sentido.

Essas atividades propiciam ainda a construção de um repertório de recursos linguísticos a ser utilizado na produção de textos. Uma prática fundamental de análise e reflexão sobre a língua que tem relação com a produção oral e com a prática de leitura é a recepção ativa que, cada vez mais, torna-se necessidade, especialmente no que diz respeito aos textos veiculados pelos meios de comunicação de massa.

Nesse caso, possibilita o reconhecimento do tipo de linguagem que caracteriza o texto, a interpretação crítica que recai sobre ele, permitindo identificar elementos não linguísticos que interferem no sentido a ser produzido. A compreensão crítica é algo que depende do exercício de recepção ativa: a capacidade de mais do que ouvir/ler com atenção trabalhar mentalmente com o que se ouve ou se lê.

Trata-se de uma atividade de produção de sentido que pressupõe analisar e relacionar enunciados, fazer deduções e produzir sínteses: uma atividade privilegiada de reflexão sobre a língua (BRASIL, 1997). Muitos são os benefícios da leitura. Por isso, Rangel (2005, p. 35) afirma que:

[...] a forma com que a leitura é trabalhada, na escola ou mesmo fora dela, pode ou não favorecer a aquisição, a transformação e a

produção do conhecimento não alienante, desencadeador do processo de participação crítica nas diferentes situações vividas pelo leitor. A leitura, então, envolve também um componente fundamental que é o movimento de conscientização e questionamento da realidade. (RANGEL, 2005, p. 35).

A leitura possibilita que o leitor enxergue melhor a realidade, questionando-a. Nesse sentido é capaz de favorecer ou modificar conhecimentos que já possui. O ensino da leitura permite transformar o ambiente de ensino e aprendizagem num ambiente de possibilidades, abrindo horizontes e possibilitando descobertas acerca do não visto, do não percebido.

Mesmo sendo crescente o número de escolas de ensino fundamental privado em todo o território nacional, de acordo com Gonçalves (2006), ainda é da responsabilidade do Estado a iniciação à leitura que deve ocorrer nos primeiros anos da educação formal. Essa educação, portanto, deve ser desenvolvida em escolas públicas.

As políticas de incentivo à leitura por muito tempo se restringiram a meros programas de aquisição de livros e distribuição deles em bibliotecas por todo o Brasil. Até hoje é possível encontrar notícias em jornais de prefeituras em que livros apodrecem encaixotados por falta de direcionamento e fiscalização.

A formação de leitores deveria estar atrelada a uma intensa, extensa e contínua relação de acesso do leitor ao livro, aliado a uma efetiva prática de leitura, como afirma Paiva (2008, p. 30, grifos do autor):

Cabe ressaltar que o objetivo de uma política pública de leitura não é o de formar “cidadãos leitores”, mas sim, simplesmente, leitores. Ou seja, cidadãos capazes de desenvolver a capacidade de compreender o escrito e se expressar dessa forma, em níveis relativamente complexos. A busca de formar “cidadãos leitores” já é decorrente de uma disputa ideológica entre pedagogos e filósofos da educação. Essa disputa – legítima quando se dá nesse momento – se instala imediatamente com a discussão dos diferentes métodos usados para se formar leitores. E é nesse campo que a pesquisa se apoiará no sentido de dar prosseguimento a uma das hipóteses, a saber: a possibilidade de se permitir a formação de cidadãos críticos através da leitura literária. Isto é, a leitura construiria, então, para nós, “leitores cidadãos”, nessa ordem.

Conhecer as políticas públicas e os programas e ações de governo que permeiam o mundo do livro e da leitura permitem entender melhor como ocorreu a expansão da leitura no Brasil, possibilitando identificar entraves do passado e dos tempos atuais. Por isso, Paiva (2008, p. 31) defende que:

[...] cabe ao Estado, basicamente, tornar acessível o livro nas salas de aula, nas bibliotecas públicas, nos mais diferentes ambientes. Em seguida, cabe também ao poder público a avaliação dos resultados, em termos específicos, quanto aos programas implementados para a distribuição do acervo: a compreensão dos textos e a capacidade de expressão através da escrita. A partir da avaliação feita com esses critérios, é possível encontrar, ainda, subsídio para estimular ações mais eficazes, difundir essas experiências e alertar para a ineficácia de outras.

Se cabe ao Estado distribuir livros, cabe a ele também avaliar os resultados dessa distribuição, os usos que têm sido feito desse material. Só assim será possível uma atuação mais precisa na formação de leitores. Isso pode ocorrer mesmo sabendo que uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar em certas direções, representando ainda uma articulação de medidas para transformar situações que não estão dando certo.

Sua eficácia se mede por sua sustentabilidade e coerência interna, fazendo com que nos distintos setores ali envolvidos haja repercussão positiva das propostas efetivadas. Uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram (GOLDIN, 2003, p.163 *apud* ROSA; ODDONE, 2006, p.185).

Dentre as ações do Estado direcionadas ao livro, em pleno governo ditatorial de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937, criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL), por iniciativa do ministro da Educação Gustavo Capanema.

Cabia a esse instituto: organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país (OLIVEIRA, 1994, p.43 *apud* ROSA; ODDONE, 2006, p.186).

Desde a criação do INL era perceptível o esforço dos políticos na criação de bibliotecas públicas, atendendo ao anseio de um povo que clamava por educação. Repensar as legislações que instituíram os programas de leitura permite compreender o processo de implantação de uma política pública de leitura, assim como causas e consequências de sua implantação, como foi o caso da Política Nacional do Livro.

Para seu funcionamento seria preciso que a sociedade, a escola e o governo auxiliassem o desenvolvimento desse processo de difusão do livro como meio de aquisição do conhecimento, para que o ato de ler se tornasse uma prática social. Posterior a isso, o:

Plano Nacional do Livro e da Leitura [PNLL] foi apresentado pelos ministros da Cultura e da Educação, no dia 13 de maio de 2006, no encerramento do FÓRUM – PNLL/Vivaleitura 2006/2008, como uma ação liderada pelo governo federal para converter esse tema em política pública mediante a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso, é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez. (PNLL, 2006, p. 5 *apud* ROSA; ODDONE, 2006, p.188).

O PNLL tinha como um dos principais eixos estratégicos o da democratização do acesso ao livro, talvez o mais importante, considerando a falta de estrutura das escolas e o déficit histórico do povo brasileiro que espera há anos por melhores condições no sistema educacional. Além disso, o plano contemplava uma referência à “melhoria do acesso ao livro e a outras formas de cultura letrada” e à “incorporação e uso de novas tecnologias” (PNLL, 2006, p. 6 *apud* ROSA; ODDONE, 2006).

Um dos maiores entraves para o desenvolvimento de uma política pública é a não participação da sociedade, uma vez que para o funcionamento e a devida implementação desse propósito é necessária a participação da sociedade em cobrar essa implementação, sabendo que o Estado deve ser capaz de proporcionar recursos e subsídios necessários para garantir o devido cumprimento da legislação.

Então, depois que a Lei n.º 10.753, conhecida como a “Lei do Livro”, de 30 de outubro de 2003, instituiu a Política Nacional do Livro definindo o livro como “o *meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento*, do

fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2003, grifo do autor) transformações foram geradas na educação.

Para Zilberman (1985), a revolução cultural, também materializada no livro, assinalou a expansão das oportunidades de acesso ao saber. Essa expansão decorreu, de um lado, da multiplicação dos meios de reprodução mecânica que difundiram os bens culturais, antes privilégio de uma elite social e intelectual e, de outro, da ampliação do sistema escolar propiciando aumento do público leitor. A partir desse momento histórico, passou-se a ter ainda mais uma preocupação com o ensino da leitura.

Vale lembrar que uma política pública deveria representar principalmente a vontade e o interesse do povo, em que escola, governo, professores e alunos trilhassem o mesmo caminho no sentido de desenvolvimento do país.

A Lei 10.753 poderia ser um norte para a educação e uma diretriz capaz de atender e transformar o ensino frente a toda demanda educacional com criação de bibliotecas e formação de um corpo docente qualificado, capaz de potencializar o ensino e a aprendizagem através do livro. Se a política é importante, Magnani (2001 apud GUIMARÃES, 2007, p. 38) acrescenta que:

[...] o mercado de livros didáticos e paradidáticos aumenta bastante, mas não é, necessariamente, a solução para os problemas da cultura brasileira, a aquisição do hábito da leitura nem sempre está ligada a programas pré-estabelecidos. É necessário que o assunto seja tratado de forma a se atingir o desejo de ler pelo prazer que a leitura possa proporcionar, mais do que pela necessidade de ler para adquirir um conhecimento. A leitura deve ser um estímulo, um alargamento de horizontes e possibilidades e, sobretudo, deve ser prazerosa.

Portanto, a formação do leitor deve, desse modo, atingir realmente o leitor, no sentido de entendimento dos benefícios da leitura. Deve também, para isso, ser fomentada pela disseminação cada vez mais ampla dos livros e, sobretudo, do fortalecimento de bibliotecas públicas por meio de um acervo atualizado e com regras de funcionamento que ampliem o acesso do leitor aos livros.

2.3 Bibliotecas brasileiras: principal fonte de acesso ao livro

As bibliotecas são importantes patrimônios da humanidade, capazes de guardarem verdadeiros patrimônios bibliográficos. Elas podem ser consideradas como a fonte principal de acesso ao livro para grande maioria da população brasileira. Todavia, lamentavelmente, pouco valor são dados a elas. Segundo Milanesi (1986, p. 15, grifo do autor):

Uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, “organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la”.

As bibliotecas ainda vivem a revolução das tecnologias em meio à inserção lenta de tecnologias da informação, contudo, a biblioteca pública continua sendo uma instituição criada e mantida pelo governo. No entanto, de um modo geral essas bibliotecas ainda são meramente, um espaço da escola para armazenar obras literárias e documentos, tendo como atividade principal às pesquisas escolares.

A biblioteca pública é um ambiente multifacetado, criado para inúmeras necessidades, enfatiza Milanesi (1986), podendo ser considerada como um centro de informação. A biblioteca por definição pode ser um instrumento de desordem, desde que não exista um filtro que censure a informação que contradiga a ordem.

A biblioteca, em função da riqueza de seu acervo, não aponta uma direção de leitura, de entendimento da realidade, mas propõe caminhos, deixando ao leitor a tarefa de avaliar e decidir sobre eles.

Ela enquanto instituição fundamental para o desenvolvimento cultural e educacional deveria cumprir seu objetivo, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao público para a construção do saber na contemporaneidade, inclusive propiciar acesso à tecnologia e ser modernizada pela própria tecnologia.

Com a chegada da tecnologia da informação na escola, a produção dos livros aumentou significativamente. Isso acirrou as discussões sobre a educação e a necessidade de mudança, de modo a incentivar um ensino mais prático e objetivo, proporcionando ao aluno maior contato com o livro nas bibliotecas públicas.

A convivência com meios eletrônicos de armazenamento e acesso à informação tem contribuído para a proteção e conservação dos próprios livros em vários outros países que têm disseminado políticas de desenvolvimento da educação. No Brasil ainda está longe de ser utilizada para ampliação do ensino e aprendizagem por meio do acesso ao conhecimento. Isto porque, nas bibliotecas, a tecnologia e os recursos tecnológicos são uma realidade em construção, no que tange às melhorias da estrutura física que inclui: melhores condições de armazenamento; ampliação do acervo; equipamentos e recursos de tecnologia para melhoria nas pesquisas; e por último, melhoria na qualidade do ambiente para leitura.

Com espaços físicos inadequados, acervos formados e desenvolvidos aleatoriamente, em sua maioria com livros oriundos de doações, recursos humanos sem qualificação na especificidade da área de atuação, as bibliotecas públicas do país padecem com a falta de diretrizes conceituais e reflexão sobre uma de suas mais importantes missões: a democratização do acesso e o estímulo à leitura no país, tendo em vista a educação intelectual de sua população (FARIAS, 2013, p13).

Por esse motivo, a biblioteca possibilita que o conhecimento circule, como sendo ele um local, tanto para se guardar livros, quanto para se buscar e adquirir conhecimento.

Contudo, o agravante é que a maioria das bibliotecas públicas do Brasil são pouco utilizadas, porque os leitores não compreendem a importância desse espaço, para aproveitá-la, como um elemento fundamental em sua formação. Isto porque, de modo geral, elas são pouco visitadas em decorrência da falta de estrutura, da falta de obras atualizadas, de bibliotecários, de motivações que superem a busca e o acesso ao livro, além de outros fatores importantes para instigar a curiosidade de estudantes e pessoas interessadas em formação.

2.4 A leitura no Brasil: concepções e reflexões

Entender o processo de leitura no Brasil requer um grande esforço em compreender as dificuldades de acesso ao livro e à leitura, por ser este um dos maiores desafios da educação. Soma-se a isso, a necessidade de incentivo à cultura

por meio da disseminação e estruturação das bibliotecas públicas em todo o Brasil e a democratização do livro, seja ele impresso ou digital.

Sabemos que a leitura foi fundamental na propagação do conhecimento desde o início da história, e sua utilização sempre foi influenciada pelas classes dominantes e pelo contexto social, cultural, religioso e político de cada época. Ainda hoje o acesso à leitura se apresenta muitas vezes como prática restrita a poucos (CAVALLO; CHARTIER, 1998). Mesmo porque ainda são muitos os leitores que somente têm acesso ao livro e à leitura na escola, sendo esta o único espaço capaz de garantir tal contato.

As escolas vivem hoje a chamada revolução da sociedade da informação e do conhecimento e com as novas tecnologias o entrave de acesso ao livro pelo leitor chama ainda mais atenção, bem como o caos das bibliotecas públicas. Falta um Estado atuante que permita verdadeiramente acesso do leitor à informação e à leitura. Sobre de que forma esse contexto altera a educação, Moran (2004, p. 31) afirma que:

[...] a educação será mais complexa, porque cada vez sai mais do espaço físico da sala de aula para muitos espaços presenciais e virtuais; porque tende a modificar a figura do professor como centro da informação para que incorpore novos papéis como os de mediador, de facilitador, de gestor, de mobilizador. Desfocalizará o professor para incorporar o conceito de que todos aprendemos juntos, de que a inteligência é mais e mais coletiva, com múltiplas fontes de informação. A educação continuará na escola, mas se estenderá a todos os espaços sociais, principalmente aos organizacionais. As corporações, pressionadas pela competição e pela necessidade de atualização constante, cada vez mais se transformarão em organizações de aprendizagem e investirão no *e-learning*, na aprendizagem mediada por tecnologias telemáticas.

A aprendizagem mediada pelas tecnologias, portanto, será cada vez mais pré-requisito para que o aluno tenha acesso à informação e desenvolva suas competências e habilidades no ambiente escolar e fora dele. Essa aprendizagem poderá garantir uma boa formação capaz de permitir colocação no mercado de trabalho. Isto porque a sociedade está tomando rumos nunca vistos e cada vez mais aumenta o grau de exigência em todos os campos. Pela tecnologia, a aprendizagem se faz constante como também afirma Barnaukas (1999, p. 50):

[...] o grande avanço tecnológico atual, as redes de computadores, em especial a *internet*, que permite conectar pessoas espalhadas pelo mundo todo, tem sido o novo impulso e a nova promessa em direção ao uso da tecnologia de informação e comunicação para um entendimento mais amplo da educação, viabilizando funções em que não só os alunos, mas os próprios professores possam desenvolver suas atividades de modo cooperativo. Por intermédio da *internet*, os alunos têm a chance de acessar e explorar novas bases de dados, conhecendo novas e diferentes realidades, acumulando conhecimentos e informações que, mais tarde, serão refletidas e estudadas ajudando a aquisição do conhecimento através de ambientes de aprendizagem.

Nesse contexto, a tecnologia vem assumindo um papel atuante, enquanto instrumento de auxílio ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao processo de ensino-aprendizagem na formação do sujeito. Ela permite que leitores tenham acesso a informações variadas potencializando essa formação. Para Lévy (1999), as tecnologias sempre estiveram ligadas ao contexto educativo, oferecendo oportunidades e riscos.

Oportunidades para o enriquecimento cultural e formativo, pois ao ampliar o acesso às informações o leitor afeta e é afetado pelo conhecimento que pode vir a transformar seus valores e comportamentos, e riscos porque se a utilização da tecnologia não for mediada por professores e pais existem riscos de plágios de sites e trabalhos que em nada contribuem para a formação do leitor.

A tecnologia contribui para a evolução do livro, bem como permite a expansão da escrita pela internet. As práticas de leitura na contemporaneidade podem inclusive ampliar e dar novo significado à construção do conhecimento.

Na face interna, as redes de computadores suportam quantidades de tecnologias intelectuais que aumentam e modificam a maioria de nossas capacidades cognitivas: memória (banco de dados, hiperdocumentos), raciocínio (modelização digital, inteligência artificial), capacidade de representação mental (simulações gráficas interativas de fenômenos complexos) e percepção (síntese de imagens a partir de dados digitais, principalmente). O domínio dessas tecnologias intelectuais dá vantagem considerável aos grupos e ambientes humanos que fazem um uso adequado delas. Favorece, ainda, o desenvolvimento e a manutenção de processos de inteligência coletiva, pois exteriorizando uma parte de nossas operações coletivas, as tecnologias intelectuais de suporte digital as tornam, em grande medida, públicas e partilháveis. (LÉVY, 2003, p. 29).

Muitas são as vantagens da tecnologia na capacidade de desenvolvimento do homem. É preciso, então, lutar por políticas públicas que saiam de um mero parâmetro curricular e de diretrizes básicas da educação para o efetivo investimento em infraestrutura escolar, além de garantir programas de qualificação dos professores e incentivos educacionais aos alunos no âmbito de aquisição de conhecimento e de cultura por meio do acesso aos livros e à leitura.

O avanço tecnológico presente em todas as esferas contribuem para que a aprendizagem seja entendida como contínua, ao longo da vida, priorizando tanto os objetivos quanto as diretrizes para orientar efetivamente o sistema educacional como uma necessidade fundamental que garanta o desenvolvimento do país em todas as áreas.

As conseqüências da evolução das novas tecnologias, centradas na comunicação de massa, na difusão do conhecimento, ainda não se fizeram sentir plenamente no ensino – como previra McLuhan já em 1969 –, pelo menos na maioria das nações, mas a aprendizagem a distância, sobretudo a baseada na Internet, parece ser a grande novidade educacional neste início de novo milênio. A educação opera com a linguagem escrita e a nossa cultura atual dominante vive impregnada por uma nova linguagem, a da televisão e a da informática, particularmente a linguagem da Internet. A cultura do papel representa talvez o maior obstáculo ao uso intensivo da Internet, em particular da educação a distância com base na Internet. Por isso, os jovens que ainda não internalizaram inteiramente essa cultura adaptam-se com mais facilidade do que os adultos ao uso do computador. Eles já estão nascendo com essa nova cultura, a cultura digital. (GADOTTI, 2000, p. 5).

Como afirma o autor, é a educação a distância que irá alcançar alunos que nascem na cultura digital e, portanto, apresentam maior familiaridade com o computador. No entanto, o ambiente digital, a internet, ainda exclui grande parte da população, ao demonstrar uma realidade da educação em todas as suas modalidades, marcada pela defasagem das estruturas escolares que ainda sofrem por não terem recursos disponíveis para atender ao seu público, nem tampouco acompanha a evolução tecnológica marcada por muitas transformações.

Fato que reforça a necessidade de mais discussões sobre as possibilidades do impacto da evolução das novas tecnologias no cotidiano dos alunos como afirma Gadotti (2000, p. 5, grifos do autor):

Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente o impacto da comunicação audiovisual e da informática, seja para informar, seja para bitolar ou controlar as mentes. Ainda trabalha-se muito com recursos tradicionais que não têm apelo para as crianças e jovens. Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica.

A ausência dessa avaliação justifica averiguar os recursos utilizados no processo de formação de alunos frente à inovação tecnológica a fim de encontrar falhas no que tange ao processo de formação do leitor. Situação que impossibilita o aluno de se tornar um sujeito capaz de refletir criticamente sobre as mudanças.

Mudança que pode dar um novo direcionamento ao desenvolvimento educacional do Brasil, pois ao democratizar o acesso ao conhecimento se cria um novo contexto em que a internet e a tecnologia passam a ser aliadas na construção da educação e na formação dos futuros leitores.

Para que o uso da informática na educação faça sentido, é necessário repensar o conceito de aprendizagem e, em função disso, definir novos papéis para alunos e professores. Ou seja, para que as novas tecnologias aplicadas à educação apresentem resultados positivos, é preciso haver mudanças e mudar não é tarefa fácil nem rápida. (COSCARELLI, 1999, p. 83).

O processo de formação do leitor não se resume a simples preparação do indivíduo para a execução de um determinado conjunto de tarefas. Em meio ao acesso e uso das tecnologias da informação ler está longe de ser uma prática simples de compreensão de texto. Por isso,

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significação, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que o seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a essa leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (LAJOLO apud GERALDI, 2003, p. 59).

Ler então é atribuir sentido entre o que o autor pretendeu dizer e o que o leitor entendeu sobre isso. O mundo da leitura e do leitor ainda varia de acordo com práticas de leitura. A leitura é sempre um meio e nunca um fim em si mesmo, as escolhas que dela se faz dependerá dos objetivos do leitor.

Isto porque a importância da leitura é relativa na vida das pessoas e cabe à escola e à família o papel de incentivar e desenvolver o hábito da leitura. Valorizar a leitura é fortalecer, priorizar e potencializar o processo de desenvolvimento do ensino e através da aquisição do saber defender todas as outras disciplinas, pois, como bem afirmou Barthes (1978, p. 18), “a literatura assume muitos saberes. Num romance como Robinson Crusoé, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico [...]”.

As práticas de leituras são importantes atividades em diversos momentos no processo de formação escolar, o que permite ao aluno enriquecimento linguístico, além de conhecimento de mundo por meio das experiências que são transmitidas em livros. Kleiman (2002, p. 10) considera a leitura como prática social,

[...] que remete a outros textos e outras leituras. Em outras palavras, ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social e que se deu nossa sociabilização primária, isto é o grupo social a que fomos criados.

Situação que permite vislumbrar que o leitor deve ser compreendido e ainda compreender a linguagem e suas significações enquanto pertencente ao meio em que vive, tendo como base a língua materna. Essa relação constituirá o texto e o contexto que deverão ser decodificados e interpretados pelo leitor.

Witter (1997) explicita com base num determinado contexto social que a leitura presente numa situação acadêmica é influenciada pela história de vida do indivíduo (como leitor), bem como pela situação familiar de leitura.

Por isso a alfabetização não é simplesmente ensinar a decodificação das palavras e das frases, vai muito além disso, pois implica em situar leitor sobre tudo que o cerca e sobre todas as coisas, assim como sobre o contexto social, cultural, econômico e político em que vive.

Frequentemente ouvimos falar – e também falamos – sobre a importância da leitura em nossa vida, sobre a necessidade de se cultivar o hábito de leitura entre crianças e jovens, sobre o papel da escola na formação de leitores competentes, com o que concordamos prontamente. Mas, no bojo dessa discussão, destacam questões como: o que é ler? Para que ler? Como ler? Evidentemente, as perguntas poderão ser respondidas de diferentes modos, os quais revelarão uma concepção de leitura decorrente da concepção de sujeito, de língua, de texto e de sentido que se adote. (KOCH; ELIAS, 2011, p. 9).

A leitura assim está relacionada à realidade. Na escola ela é um importante instrumento de uso do aluno, sendo responsável pelo desenvolvimento de competências linguísticas e pré-requisito para o desenvolvimento do aluno na aquisição de conhecimento, de modo que ela pode gerar uma conduta autônoma muito valorizada pelos professores.

Carelli (1992) citado por Costa (2006) afirma que a aprendizagem individual e o hábito da leitura precisam-se fazer presentes especialmente no ambiente da família e da escola. As oportunidades e faculdades de uso de material escrito, a constituição de ambientes agradáveis de leitura e a existência de bibliotecas suficientemente aparelhadas são também variáveis importantes e necessárias no desenvolvimento de atitudes positivas de leitura.

O leitor, nesse universo, precisa ser orientado tanto na escola, quanto no ambiente familiar para que sejam ampliadas suas experiências e seu conhecimento de mundo, permitindo, com isso, promover e potencializar sua formação suscitando-lhe competências e habilidades únicas, necessárias para sua formação profissional.

Kleiman (2002) argumenta que o processo de constituição do leitor envolve vários fatores, pois o leitor utiliza diversos níveis do conhecimento que interagem entre si. Daí a leitura ser considerada um processo interativo.

Com efeito, a abordagem histórica sobre o processo de formação do leitor, por meio da apresentação dos conceitos sobre as práticas de leitura no Brasil foram importantes para se refletir alguns aspectos que influenciam as práticas de leitura, presente no conceito de leitura, que permitiu que compreendêssemos a relação do acesso ao livro, para que a prática da leitura contribuíssem para o ensino e a aprendizagem, num processo contínuo de formação. E, Consequentemente, nos apresenta alguns entraves em relação aos motivos que servem de estímulo para a prática da leitura, e a falta de recursos e infraestrutura, que poderiam somar a aprendizagem como incentivos para que a leitura fosse potencializada nos ambientes escolares, que aliado à democratização da leitura com a inserção das tecnologias, facilitariam o acesso às variadas formas e formatos do livro.

Denunciam ainda, pela falta de fiscalização de políticas públicas de leitura do livro no Brasil, prevista como direito consitucional ao povo, por ser fundamental base de aquisição do conhecimento e de cultura, tendo como influências as tecnologias da informação, que por vezes são duplamente qualificadas, primeiro por aumentar as desigualdades por serem os instrumentos tecnológicos caros para serem custeados em larga escala, acirrando a exclusão digital; e, segundo por ser considerando um elemento fundamental para dizimar o analfabetismo funcional, melhorando a qualidade de leitura do livro e do mundo, ao permitir que mais informações circulem nos ambientes escolares, proporcionando melhor formação e conhecimentos através da democratização da leitura.

CAPÍTULO III

PECULIARIDADES DO LEITOR CONTEMPORÂNEO

As peculiaridades do leitor englobam elementos que permitem buscar identificar características que elucidem o que motiva e influencia o leitor e seus hábitos em relação às práticas de leitura na contemporaneidade. Retratar o livro impresso e o livro digital, assim como, a forte presença da tecnologia nas formas e formatos em que os livros são publicados permitem que melhor se compreenda à complexidade da prática de leitura, por meio das conseqüências das escolhas, em se tratando dos estímulos necessários para que o livro objeto de consumo afete e seja afetado pelo leitor contemporâneo.

Em virtude dos meios de acesso ao livro, em suas diversas formas e formatos, faz-se necessário refletir sobre questões ambientais em relação à produção do livro impresso e do livro digital, em se tratando de um leitor contemporâneo que vive preocupações e situações diferentes dos leitores clássicos e modernos, que conviviam com livros manuscritos e impressos, fabricados com matéria-prima, que nem sempre eram provenientes de reservas de celulose, para este fim, ou seja, numa perspectiva sustentável, ou com qualquer preocupação ambiental.

Se considerarmos a relevância dos hábitos de leitura, aliado aos hábitos de consumo de ambos os livros, impresso ou digital, que contribuem para a disseminação do conhecimento, temos uma máxima para reflexão, pois a informação pode ser compreendido como elemento propulsor de desenvolvimento da humanidade, assim como garantia de sua sobrevivência.

Nos últimos anos, a questão ambiental tem norteado, significativamente, os hábitos de consumo, atento-se a preocupações que englobam leitor e o livro e seus formatos, condição que nos levou a refletir e apresentar informações sobre o consumo de ambos os livros, a fim de se tratar com base no consumo do livro questões sobre as vantagens ambientais no acesso ao livro impresso e livro digital, tendo como base as preocupações ambientais que norteiam o mundo as sociedades de consumo.

Contudo, nesta fase do trabalho o objeto do estudo foi identificar os leitores tendo base alguns elementos que pudessem caracterizar o leitor contemporâneo,

numa perspectiva social, cultural, econômica, a fim de se compreender as multifaces do leitor.

Contudo, o ato de ler retratado neste estudo traz uma questão nova que se acopla ao leitor contemporâneo, ao interrelacionar hábitos de consumo e questões ambientais traçando um novo perfil de leitor com preocupações que não existiam no passado.

A leitura deve, primeiramente, ser compreendida, enquanto prática social, no qual depende da cultura, de uma condição social e econômica que permita o ensino e a aprendizagem como ingredientes essenciais para a formação dos leitores cômicos da sociedade em que vivem, sendo primeiramente instituídos no ambiente escolar pela alfabetização, e posteriormente, enquanto rotina diária apoiada ao contexto familiar e às rotinas de trabalho.

Com efeito, a leitura no universo acadêmico desde o ensino fundamental deveria ser mais valorizada e amplamente disseminada, como prática social, sendo ofertadas no ambiente escolar bibliotecas com excelentes estruturas e programas de democratização da leitura com recursos que permitissem o acesso à cultura.

No entanto, não existe fiscalização por parte do Estado, nem tampouco da sociedade à respeito da distribuição e escolha das formas e formatos dos livros que fazem parte do acervo das escolas que, em sua maioria, possuem bibliotecas defasadas e com estruturas insuficientes, além de não possuírem um sistema escolar que se privilegie ações e programas voltados para preparar e estimular os alunos a fazerem leituras que venham a contribuir em sua formação.

Nesta parte será apresentado uma discussão acerca dos dados que terão por base apresentar informações pertinentes sobre a pesquisa do Instituto Pró-Livro, “Retratos de Leitura do Brasil” publicada em 2012, a fim de se evidenciar as peculiaridades do leitor contemporâneo, em meio a uma sociedade que vive uma infinidade de mudanças em todos os setores, provenientes principalmente do avanço das tecnologias.

Contudo, no decorrer do estudo sobre as peculiaridades do leitor contemporâneo surgiu, um premissa que serviu de norte, para que a discussão acerca dos dados publicados pelo Instituto Pró-Livro, em meio às profundas transformações do homem e da humanidade vem sofrendo, que aliados à uma perspectiva ambiental visa, principalmente, dirimir conseqüências que coloquem em

risco a sobrevivência da humanidade, tendo como ponto de convergência a quantificação da leitura de livros associada às vantagens ambientais de consumo tanto do livro impresso, quanto do livro digital.

3.1. Questões ambientais do livro impresso ao digital

A abordagem sobre leitura aliada às questões ambientais traçam um contexto que por meio da tecnologia presente na produção dos livros impressos e digitais nos levam a refletir sobre as práticas de leitura do que chamamos leitor contemporâneo que vive em um meio de repletas mudanças e profundas preocupações acerca do mundo em que vive.

As tecnologias tem sido, amplamente, utilizadas tanto na produção dos livros impressos quanto digitais, criando cada vez mais atrativos áudio, visuais e sensoriais para tornar a leitura mais interessante e prazerosa.

Com a inserção de instrumentos tecnológicos cada vez mais o celular, os tablets, notebooks, Iphones, entre outros tem potencializado as diversas funcionalidades em se tratando de leitura de livro, pois por meio desses instrumentos o acesso aos livros tem sido cada vez maior.

Em contrapartida, permite que se utilize novas formas de experienciar a vida em sociedade, com mais informações, mais conhecimento e acesso à cultura que permite que o leitor contemporâneo se posicione em relação às coisas e ao mundo. Isto porque, se considerarmos a rapidez em que as informações circulam via internet, acabam por afetar o nosso cotidiano, e conseqüente, comportamentos, pensamentos que associado as nossas necessidades assumem um papel norteador em relação ao nosso futuro.

O livro digital tem cada vez mais conquistado adeptos desse tipo de tecnologia, por representar em suas formas e formatos presente no universo acadêmico e de entretenimento um conforto e uma praticidade imensurável que proporcionam ao leitor uma leitura mais dinâmica com a ampliação do acesso.

No que se refere à contextualização social em nosso século, o Estado nas sociedades pós-modernas segue um caminho de fragmentação, enquanto as novas tecnologias estão presentes em todos os lugares e compõe as cenas da vida cotidiana. As redes globais constituem uma

nova morfologia social na era da informação. Deve-se questionar se há alguma possibilidade de estas, com a importância estratégica operacional que possuem, venham a favorecer a inclusão social de segmentos da sociedade cada vez mais marginalizados pelo processo de globalização da produção, ou se serão rapidamente transformadas em uma forma a mais de *apartheid* – um fosso digital. (DUPAS, 2005, p.69).

De modo que ao abordar sobre leitura e, conseqüentemente, sobre livro impresso ou digital e seu consumo, faz-se necessário discutir o conceito de contemporaneidade, que afeta o nosso modo de pensar e agir em detrimento da vida em sociedade, e conseqüente, preocupação ambiental dos últimos anos.

Com efeito, abordar questões ambientais nos permite compreender sobre as transformações nas práticas sociais de leitura de textos, em se tratando ser a tecnologia um elemento fundamental, para que imagens e sons se façam presentes na produção do livro que evidencia novos aspectos como maior mobilidade, conforto, praticidade, maior capacidade de armazenamento de dados, ampliação do acesso e interações pela internet.

Entender e refletir sobre de que forma a leitura do livro prejudica a natureza, ou a beneficia, implica em compreender o processo de produção do livro impresso ou digital.

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não só responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza. (LEFF, 2005, p. 57).

Isto porque, as questões ambientais vêm ganhando cada vez mais adeptos e destaques por sua excessiva circulação midiática ao tratar de questões como o aquecimento global que já faz parte da agenda de diversos países, inclusive do Brasil, gerando discussões e, por vezes, proposições de metas para se reduzir os poluentes jogados no meio ambiente decorrente do alto consumismo do planeta.

Para Leff (2006), o conhecimento tem desestruturado os ecossistemas, degradado o ambiente, desnaturalizado a natureza. Não se trata apenas do fato de que as ciências se transformaram em instrumentos de poder, de que esse poder se

apropriar da potência da natureza e de que seja usado por alguns homens contra outros: o uso bélico do conhecimento e a exploração da natureza.

Inter-relacionando os temas livro, leitor e questões ambientais, faz-se necessário alertar sobre a responsabilidade ambiental, a fim de se viabilizar a melhor forma, o melhor tipo de livro para cada leitor contemporâneo em potencial, considerando a recorrência de leitura de livros impressos e digitais. Cabe ao leitor a consciência de seu papel na preservação da natureza já que ambos são impactantes na natureza e não poderiam ser. Para Leff (2005, p. 56):

[...] a problemática ambiental abriu um processo de transformação do conhecimento, expondo a necessidade de gerar um método para pensar de forma integrada e multivalente os problemas globais e complexos, assim como a articulação de processos de diferente ordem de materialidade.

A quantidade de livros lidos e a escolha do formato do livro incidirão nos possíveis riscos e benefícios à natureza, isto porque vai depender do número de livros de leitura do leitor, que quantificados, por exemplo, no período anual, vão refletir em larga escala em uma gestão de riscos que poderá afetar ao meio ambiente, principalmente pela degradação do solo causado pelo lixo e pelos resíduos que não são biodegradáveis, ou mesmo pelos danos causados ao solo no manuseio de composto químicos que permitem tratar a celulose, matéria prima do livro impresso.

Assim, refletir sobre o consumismo aliado questões ambientais pode auxiliar em fazer escolhas conscientes e responsáveis em se tratando do livro ser um objeto de consumo, de modo que as práticas de leitura irão interferir na escolha do livro e de seu formato, visando agredir minimamente a natureza.

Sabe-se, no entanto, que as escolhas dos leitores se divergem por inúmeros motivos que serão retratados, ainda neste capítulo, com a discussão que caracteriza o leitor contemporâneo ao tentar quantificar valores de referência por idade, escolaridade, renda familiar, uso e acesso a tecnologias, preferências e motivações.

Segundo Boff (1999, p. 134), “[...] para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo. Importa desenvolver uma ética do cuidado”.

O livro digital pode ser considerado tecnologia limpa, porém os recursos utilizados na produção da tecnologia como o mercúrio e o arsênio são produtos químicos que compõem o equipamento eletrônico e que causam impacto na natureza por contribuírem para sua degradação.

Com o avanço das tecnologias e com o equívoco cultural de consumo marcados pelo acelerado ciclo de vida dos equipamentos eletrônicos, que, por sua vez, são considerados cada vez menores em decorrência da busca contínua por produtos que ofereçam qualidade e inovação, esses equipamentos eletrônicos são acumulados em toneladas cada vez maiores nos arredores das cidades.

Isso exige refletir sobre a conscientização da responsabilidade ambiental, sobretudo na questão do lixo tecnológico que causa grande impacto na natureza e que vem, recorrentemente, gerando preocupação por parte dos órgãos que questionam a recuperação dos equipamentos tecnológicos em função da energia gerada para isso, o que tem implicado em maior emissão de carbono.

Ao serem jogadas no lixo comum, as substâncias químicas presentes nos eletrônicos como mercúrio, cádmio, arsênio, cobre, chumbo e alumínio penetram no solo e nos lençóis freáticos contaminando plantas e animais por meio da água. Dessa forma, os seres humanos podem ser contaminados pela ingestão desses alimentos (CARPANEZ, 2007).

Entretanto, reconhecer e entender os perigos do lixo eletrônico, permite utilizar o livro numa perspectiva mais ambiental, a fim de contribuir para a diminuição de resíduos de modo geral, resguardando, com isso, as gerações futuras do impacto ambiental, numa tentativa incessante de preservação e conservação do planeta.

Nesse sentido, o usuário do livro digital e do livro impresso deve perceber e se conscientizar de que tem responsabilidade sobre isso. Se não assumirmos essas responsabilidades agora, vamos transferi-las às gerações futuras que terão de remediar solos e lençóis freáticos contaminados, provavelmente a custos muito maiores do que os atuais (CARPANEZ, 2007).

Portanto, faz-se necessário compreender a importância dos leitores em relação ao consumo, para que enquanto consumidores do objeto livro seus hábitos de leitura possam contribuir para uma atuação consciente e responsável do leitor que garanta no futuro a preservação e conservação ambiental que todos tem direito.

3.1.1 Vantagens ambientais da leitura do livro impresso

Refletir sobre as vantagens ambientais da leitura do livro impresso é uma tarefa complexa, por se tratar ser o livro um objeto de consumo. No entanto, ao discutirmos a prática de leitura e o acesso as infinitas formas do livro impresso conseguimos por meio da quantificação dos livros lidos, e seu conseqüente consumo, identificar as vantagens ambientais em relação à leitura do livro impresso, uma vez que o mesmo foi produzido com uma matéria-prima encontrada na natureza.

Isto porque a produção no Brasil do livro impresso demanda uma série de recursos naturais e, conseqüente, desgastes do solo:

Além de promover a destruição de florestas, a produção de papel consome uma quantidade imensa de energia e, por isso, tem um impacto muito grande de gases-estufa. Considerados em conjunto, os fatos mostram que a indústria do papel é a quarta maior produtora industrial de dióxido de carbono, sendo responsável por 9% das nossas emissões de gases-estufa. Isso está longe de ser sustentável. (DOUGHERTY, 2011, p.110).

Contudo os leitores contemporâneos tem acesso a todas as formas e formatos de livros, de modo que se souberem das vantagens ambientais, uma vez que estão atentos á esse dilema ambiental, certamente irão procurar consumir o livro que menos representar desvantagens ambientais.

A discussão entre a prática de leitura e o acesso ao livro se enquadram em um perfil de leitores que valorizam o livro impresso e que o adotam como sendo um produto com maior utilidade. Em relação aos objetivos intrínsecos que caracterizam a escolha do livro impresso, seu formato gera inúmeros benefícios e vantagens às expectativas do leitor contemporâneo.

Os motivos que levam os leitores a comprar livros impressos são vários, faz-se necessário entender a motivação suprema que leva-o a comprá-lo, pegar emprestado, ou mesmo folheá-lo, assim como uns gostam de ler sem pressa, página por página, para fazer anotações, refletir e compartilhar a leitura com a família, com os amigos, para entretenimento, formação ou enriquecimento intelectual em relação ao conhecimento.

É a materialidade do livro que confere aos escritores uma sensação de permanência além do corpo físico, permanência simbólica

materializada num objeto concreto que repousará com cuidado na estante da sala de um ente querido ou na prateleira de uma biblioteca, ao alcance de gerações vindouras. (SPALDING, 2012, p. 20).

O livro impresso, desse modo, supõe corpo físico e permanência simbólica no sentido de presença, concretude e alcance. Considerando a existência desse tipo de livro, ainda não foi decretado seu fim, como já foi discutido.

É bem verdade que, em alguns casos, o livro eletrônico poderá proporcionar “um conforto extraordinário”, como no caso de um “magistrado que levará mais confortavelmente para sua casa as 25 mil páginas de um processo em curso se elas estiverem na memória de *um e-book*”. No entanto, permanece a pergunta: “mesmo com a tecnologia mais bem adaptada às exigências da leitura, será viável ler Guerra e Paz num *e-book*?” (CARRIÈRE; ECO, 2010, p. 17).

Nessa discussão é interesse desta pesquisa entender as influências e as motivações da leitura para identificação de um perfil do leitor contemporâneo. O quantitativo de leitura de livros pode sinalizar se a leitura tem objetivos específicos de formação ou se baseia, prioritariamente, no entretenimento.

A biblioteca ainda é um dos locais mais procurados para se ter acesso a livros, e leituras. Por isso Carriere e Eco (2010, p. 261) afirmam que “uma biblioteca é um pouco uma companhia, um grupo de amigos vivos, de indivíduos; o dia em que você se sentir um pouco isolado, um pouco deprimido, você pode se dirigir a eles, eles estão ali” (CARRIERE; ECO, 2010, p. 261).

Se o consumo do livro permite sair da solidão, então gera benefícios que ultrapassam os limites de compreensão das motivações relação ao ‘ato de ler’.

Vale ressaltar que o livro impresso ainda hoje pode ser considerado um bem de luxo, por vezes ter alto valor comercial, e por se tratar de um bem cultural ainda hoje se encontra fora de alcance dos menos favorecidos economicamente. Isso reforça o fato de o livro significar poder, instrumento valioso capaz de resguardar a história da humanidade mantendo o passado vivo.

Portanto, por meio da quantificação dos livros e seu acesso e leitura num determinado espaço de tempo, é que podemos compreender se a leitura do livro impresso possui mais vantagens. Com base neste estudo as fases em que o aluno se encontra em formação, vai ser o momento em que ele mais vai ter acesso ao livro, e dependendo da quantidade de livros que o leitor vai ter acesso ao longo do ano, seria

o momento propício para escolher as formas e formato do livro, tendo como base a funcionalidade dos mesmos, se para formação ou entretenimento.

Acredita-se, portanto que os leitores contemporâneos sempre terão acesso tanto aos livros impressos quanto aos livros digitais. Uma vez que, muito em breve tanto as escolas, quanto o governo e a sociedade terão de recorrer a ações e programas políticos que identifiquem os leitores em potencial, e criem os subsídios necessários para que as formas e formatos dos livros sejam consumidos com consciência ambiental.

No futuro espera-se que os leitores contemporâneos estejam atentos ao produto biodegradável que tem ido para as prateleiras das livrarias, uma vez que a produção de livros no Brasil baseia-se principalmente na celulose, proveniente de matas sustentáveis utilizadas para esse fim, sendo a produção do livro impresso um indicador de preocupação com a natureza.

3.1.2. Vantagens ambientais da leitura do livro digital

Na história da humanidade o livro sofreu inúmeras mudanças que marcaram e definiram suas atuais configurações e formatos. Muitos foram os processos e as técnicas de produção de um livro aliados aos diversos suportes em que a palavra escrita se amparou, e com o advento da tecnologia esse produto passou a sofrer ainda mais transformações.

Refletir sobre as vantagens do livro digital requer um grande esforço em perceber os leitores em potencial deste tipo de tecnologia, e quantificar a média de leitura dos leitores ao longo de um determinado período, mês ou ano, tendo como base principalmente o fator escolaridade, que irá refletir nas motivações e influências do leitor contemporâneo desde sua infância a 3ª idade.

O livro superou expectativas e alcançou inúmeras gerações, mudando de formato e de materialidade inclusive. Zilberman (2001, p. 105) acredita que:

[...] a valorização do leitor e da leitura parece chegar tarde demais: anunciam-se o final da era do livro, sua substituição por multimídias interativas, a metamorfose do consumidor de obras escritas no *nerd internauta*, aventureiro que percorre até agora desconhecidos universos virtuais.

Os leitores da contemporaneidade podem usufruir, assim, de uma diversidade de formatos dos livros, já que estamos diante de um novo modelo de leitor e de práticas de leitura que têm despertado e orientado pesquisas que priorizam a necessidades das tecnologias da informação na produção de livros. Esses leitores defendem nessa nova produção inovação, criatividade e sustentabilidade.

Importante destacar que as “publicações eletrônicas” não determinam o fim do livro impresso por ele representar preservação não só como patrimônio cultural, mas também ser usado como fonte de informação de estudos e pesquisas [...] (RODRIGUES, 2000, p. 7, grifo do autor). Mesmo que na atualidade o livro digital seja uma das principais fontes de transmissão de conhecimento na contemporaneidade, o livro impresso ainda é um elemento indispensável à sociedade. Contudo é certo que seu formato vem sendo transformando por motivos diversos, motivado de forma abrangente em função da tecnologia computacional.

Castells (2003, p. 160) defende que “O que a tecnologia tem de maravilhoso é que as pessoas acabam fazendo com ela algo diferente daquilo para isso que foram originalmente criadas”. A tecnologia tem sido uma ferramenta utilizada tanto na criação do livro quanto na disseminação da leitura de livros.

Zilberman (2001) defende que a literatura é portadora de materialidade. E, se não houvesse o suporte através do qual ela se manifesta, a literatura, enquanto cultura de um povo, contida nas páginas das obras literárias, perder-se-ia no tempo, pois seus outros elementos como as imagens que emanam da fantasia, as narrações em que se transformam as falas das pessoas se mostram por demais transitórias e efêmeras.

Ela inclusive pode contribuir no processo de aquisição da leitura, uma vez que esse recurso serve de auxílio tecnológico em larga escala, permitindo a construção do conhecimento e possibilitando práticas de leitura.

O fato é que os livros digitais demandam de suporte para leitura dos mesmos, como o celular, os tablets, os E-books, entre outros buscam superar a funcionalidade do livro impresso criando por meio da inovação e da criatividade, estímulos áudio, visuais que se agregam a valores e comportamentos que conquistam o leitor por lhe proporcionar outra realidade, com mais movimento, imagens e sons.

“Numa economia eletrônica baseada no conhecimento, na informação e em fatores intangíveis (como imagem e conexões), a inovação é a função primordial”. (CASTELLS, 2001, p. 85).

Diante disto, os leitores contemporâneos adeptos dos livros digitais, escolhem essas inovadoras interfaces tecnológicas presentes na produção e divulgação do livro digital por terem mais praticidade, conforto, mobilidade, além da alta capacidade de armazenamento de livros, e por serem mais democráticos pelo seu baixo custo em relação ao livro impresso, enquanto objetos de consumo, e conseqüente, instrumentos de transformação social

e cultural em se tratando das motivações e hábitos de leitura.

Para Horie (2011), um livro eletrônico ou digital, também conhecido como *e-book*, é uma versão digital de um livro que pode ser lido em computadores ou em aparelhos portáteis. O *e-book* possibilita ao leitor diversas ferramentas como marcadores de páginas, bloco de anotações, busca por palavras, ajuste no tamanho e tipo de fontes, além de inúmeros recursos existentes em aplicativos desenvolvidos especificamente para ele.

A ampla utilização das tecnologias pela internet e o surgimento das diversas formas e formatos dos livros, além de outros meios e veículos de comunicação, conquistaram domínio em massa como a televisão e o rádio. São eles veículos de transmissão de informação e conhecimento.

Os recursos tecnológicos, nesse contexto, não deram fim à escrita, pelo contrário ampliaram ainda mais os horizontes dela. O suporte físico do livro perdeu sentido com a tecnologia e a tela do computador e o *mouse* passaram a mediar a relação leitor e livro.

A leitura e a escrita antecedem e sucedem os meios utilizados para sua gravação num dado tipo de material, de modo que a troca desse por outro – disco rígido, CD ou site na internet – representam tão somente um outro passo (ou vários) na direção do progresso e do aperfeiçoamento tecnológico. (ZILBERMAN, 2001, p. 106).

Os livros digitais e eletrônicos como *ebooks*³ podem ser considerados em si um livro completo, tendo por referência o livro impresso comercializado ou um arquivo em formato eletrônico ou digital, o que permite ainda ser um suporte da informação.

Visando definir o leitor em tempos atuais, Santaella (2004) assegura que o leitor virtual desenvolveu um outro (sexto) sentido nas pontas dos dedos acionado ao clique de um mouse. A distribuição e a organização do texto em uma tela não são as mesmas dos livros manuscrito ou impresso.

Neste sentido, esse estudo nos mostra o leitor moderno, que começa a abrir as portas para a inovação, desfazendo de velhos hábitos e se apropriando de novos valores e comportamentos com o surgimento do livro digital na tela de um instrumento tecnológico, por reproduzir modelos de comportamentos e práticas sociais contemporâneas, especialmente da leitura, de modo que avançam na medida em que a inovação e os recursos tecnológicos vão tornando mais atrativos as representações das coisas e do mundo.

Essa nova apresentação implica em mudanças no processo de leitura do texto tendo como base um novo suporte, novos valores e comportamentos. O fato é que a transmissão da escrita no suporte digital permite vantagens específicas para o leitor, que pode copiar o texto, ter várias páginas abertas simultaneamente, deslocar e reconstituir o texto ou simplesmente analisá-lo, além de tornar-se coautor na disseminação da ideia ou mesmo do assunto a que se refere.

Isso permite que o leitor, ao se apropriar da leitura, tenha a possibilidade de fazer reflexões sobre a obra numa condição de coautoria, se considerarmos que ao assimilar as ideias, adota-as como sendo uma verdade e tende a se apropriar dessa mesma ideia por inteiro, acrescida ou não de mais informações. De modo que acaba por utilizar dela para a construção de seus argumentos.

Portanto, os livros digitais quando quantificados pelos leitores em potencial, podem representar vantagens ambientais, uma vez que os dispositivos eletrônicos podem apresentar benefícios ao leitor, que passa a ter um amplo acesso à diversos títulos de livro.

³ Sony Plans to Adopt Common Format for E-Books. *The New York Times*. 2009. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/08/13/technology/internet/13reader.html?_r=4>. Acesso em: 16 maio 2014.

Contudo, seu veículo, ou seja, esse instrumento eletrônico possui uma equivocada condição de consumo, decorrente pelo alto custo dado pela tecnologia, que faz com que esse mesmo instrumento tenha vida útil limitada, pela tendência, pela inovação em relação às suas funcionalidades, que se ampara em um elemento, preocupante por ser o lixo eletrônico, mais impactante por ser fonte de alta degradação ao meio ambiente, em relação ao próprio livro impresso.

3.2 APRESENTAÇÃO DAS PECULIARIDADES DO LEITOR CONTEMPORÂNEO

Nesta parte serão apresentadas reflexões e argumentos sobre as peculiaridades do leitor contemporâneo a fim de se ilustrar esta pesquisa, por meio dos dados presentes na publicação de “Retratos do Brasil” pelo Instituto Pró-Livro em 2012.

Com efeito, para melhor compreender as questões das práticas de leitura na contemporaneidade associadas às formas e formatos do livro, presente nesta parte do trabalho no qual os hábitos de consumo são afetados pela forte influência das tecnologias e de seus instrumentos.

Aliar a prática de leitura, aos hábitos de consumo não é tarefa fácil, porque que permitem vislumbrar que quanto maior for o índice de leitura e o acesso ao livro, mais fácil será identificar o livro como objeto de consumo de uma sociedade, que está atenta às atuais mudanças em escala mundial, a fim de se garantir a subsistência da humanidade.

Contudo, é inquestionável, que o livro digital, independente de seu recurso tecnológico é considerado uma das principais fontes utilizadas na aquisição de conhecimento da atualidade, pois quanto maior o acesso *online* maior será mobilidade, praticidade, conforto e amplo armazenamento de obras, etc, para o desenvolvimento do ensino e aprendizado, como elemento propulsor na formação cultural.

Diante disto, reafirmamos que para o leitor contemporâneo, quanto maior for o investimentos e recursos direcionados às políticas públicas de leitura do livro, voltadas para a disseminação da prática da leitura, maior será o acesso, e melhor será o aprendizado em comparação com os leitores clássicos e modernos, que não

dispunham de tecnologias da informação para potencializarem o desenvolvimento cultural, social, econômico de uma sociedade numa perspectiva ambiental.

Outro problema apontado no percurso da pesquisa, foi a necessidade de valorização dos ambientes de leitura, sendo a biblioteca o espaço mais visitado pelos estudantes no período de formação, embora as bibliotecas hoje vivem um grande descaso, e desafiam o desenvolvimento da educação por terem em sua maioria acervos desatualizados, que inibem a promoção da leitura.

Para o desenvolvimento deste terceiro capítulo, portanto, buscamos retratar e apresentar discussões acerca de algumas peculiaridades que foram delimitadas abrangendo os seguintes parâmetros: a escolaridade, a renda familiar, as motivações e influências, o uso e acesso das tecnologias, e a leitura de livros impressos e digitais.

Além de observação pessoal, utilizou-se como fonte de informação e dados estatísticos do Instituto Pró-Livro em “Retratos de Leitura do Brasil”. O acesso à publicação foi disponibilizado pela internet, sendo baixado a 3ª edição da pesquisa, e anexado como apêndice alguns elementos julgados relevantes para melhor compreensão dos dados apresentados.

A diversidade dos aspectos apresentados na pesquisa permitiu refletir sobre as práticas de leitura, e possibilitou nortear a discussão tendo como eixo fundamental, o livro, a leitura e o leitor, numa perspectiva social, cultural, econômica e ambiental, este último foi associado à relação de consumo, visto que cada vez mais, temos sido responsabilizados pelos nossos hábitos de consumo.

Sendo as questões ambientais aproveitadas enquanto benefícios de uma cultura de leitores que convivem com diversas formas e formatos do livro, enquanto objeto de consumo, que sob um viés ambiental auxiliará na promoção do desenvolvimento consciente das práticas de leitura, aqui retratadas enquanto, práticas sociais.

Este estudo baseou-se na apresentação do Instituto Pró-Livro da pesquisa intitulada Retratos da leitura no Brasil publicada em 2012, por ser uma pesquisa inédita onde aponta dados e informações importantes que permitem compreender traços que norteiam o leitor que vai desde ao consumo do livro à mudança de hábitos em relação à prática da leitura. Contudo, apesar da vasta quantidade de dados, optou-se por se restringir aos seguintes critérios: escolaridade, leitura por gênero, renda familiar, preferências e motivações, influências e os principais influenciadores,

os canais e formas de acesso, uso da tecnologia e da internet, das bibliotecas e dos E-books e do livro digital.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que o perfil do leitor contemporâneo vem sendo alterado, substancialmente, na mesma proporção que a tecnologia vem conquistando cada vez mais adeptos, que são fortemente atraídos pelas inovadoras tecnologias que oferecem soluções, potencializando o uso e acesso dessas tecnologias por meio da internet.

3.2.1 Escolaridade

Apresentar o elemento escolaridade representou uma delimitação de leitores e não-leitores que compõem o universo escolar brasileiro.

Nos dados do Instituto Pró-Livro (2012) o número de livros lidos indicam que da 4ª série até o ensino médio se concentram os maiores índices de leitores, enquanto os mais assíduos, são os que moram nas regiões norte e sul do Brasil, podendo ser um aspecto relevante se considerarmos que os investimentos em educação em ambas regiões nos últimos dez anos foram preponderantes maiores para se chegar a esse resultado⁴.

Entretanto no ensino médio, o sudeste lidera a categoria de leitores por escolaridade e as regiões sul e centro-oeste empatam. Contudo, o índice cai significativamente a partir do ensino superior, que, contraditoriamente, indica um índice de poucas leituras em um momento de capacitação e formação profissional em que o número de leitura de livros deveria superior em relação aos demais anos escolares.

Com efeito, refletir sobre a escolaridade nos leva a contemplar que é no ambiente escolar em que o leitor tem maior acesso as formas e formatos do livro, o que nos leva a compreender a importância das políticas públicas nesse processo de ensino e aprendizagem, como sendo, preponderante para a qualificação e da formação dos futuros cidadãos conscientes do que chamamos consumo.

3.2.2 Leitura de livros por sexo

⁴ Ver Apendice B página 89

Nos últimos anos questões direcionadas aos gêneros, tem sido amplamente divulgados na mídia, de modo que na pesquisa do Instituto Pró-Livro(2012) apresentou que o número de leitores de livros do sexo feminino foi superior ao do sexo masculino ao ano. De modo que, na tentativa de melhor caracterizar o leitor, faz-se necessário identificar o gênero que, por sua vez, irá refletir nas peculiaridades do leitor contemporâneo e de seu *modus operandi*, representado pelos hábitos de consumo, sob forte influência das tecnologias⁵.

Contudo, ambos os sexos tem acesso, tanto ao livro impresso quanto ao livro digital, que nos leva a compreender que o sexo feminino tem mais acesso aos livros, e conseqüente, maior prática de leitura em detrimento de vários fatores, primeiro por que a população de mulheres no Brasil é superior a dos homens, segundo porque há uma necessidade de se qualificar para competir com os homens no mercado, terceiro porque as mulheres tem mais compulsão pelo consumo, e por último por que em sua maioria são as responsáveis pela educação dos filhos. Esta última mais importante, é apresentada ainda nesta pesquisa como sendo a mãe do gênero feminino umas das pessoas mais influenciadoras no processo da prática da leitura.

3.2.3. Leitura por renda familiar

A renda familiar no Brasil é assunto complicado de se tratar, principalmente, se considerarmos a vasta densidade demográfica, o número de habitantes e a desigualdade social.

Compreender a média de leitura pelo viés da renda familiar permite-nos apresentar um índice que corresponde ao acesso aos livros através do poder aquisitivo. Em relação à classe econômica teve-se como referência o salário mínimo, para que com base no quantitativo de renda, fosse possível perceber o percentual a que fosse direcionado o consumo dos livros. Mediante apresentação dos dados do Instituto Pró-Livro constatou-se que quanto maior a renda familiar maior é o acesso à leitura de livros⁶. O que permite entender quais são os principais entraves que inibem que o consumo e a leitura de livro se dê amplamente no Brasil. Isto porque as ações e

⁵ Ver Apendice C página 89

⁶ Ver Apendice D página 90

programas política pública de leitura, ainda estão em desenvolvimento, o que justifica entender o processo de acesso ao livro por meio de políticas de prática de leitura e de melhorias do ambiente escolar da biblioteca. Outro fator, se dá ao considerar a dificuldade de acesso aos livros, por meio de um consumo, visto que a renda familiar para grande maioria visa atender às necessidades básicas de sobrevivência. Que nos leva a refletir que este estudo nos traz questionamentos que poderão nortear até mesmo políticas públicas de democratização do livro, uma vez que quanto maior for o acesso ao livro, maior será o consumo consciente do livro, sejam eles impressos ou digitais, a fim de se compartilhar os anseios desta nova geração consciente atenta às questões ambientais.

O livro digital tende a ser cada vez mais consumido, isto porque grande maioria dos livros impressos já saem com seus formatos digitais, a fim de atenderem à todos os públicos consumidores de livros.

Portanto, a renda familiar foi um fator relevante para se compreender os principais elementos que compõem o leitor contemporâneo, no entanto, o poder aquisitivo pode contribuir para que aumente o consumo, mas não define o sujeito que tem maior renda, como maior consumidor em relação à compra de livros, pois existem vários outros fatores que interferem neste resultado.

3.2.4. Leitura por Idade

A apresentação dos índices por idade permitem identificar os perfis que lêem mais livros, no entanto a pesquisa do Instituto Pró-Livro não apresentou dados suficientes para identificar as idades correlacionadas ao índice de leitores de livros digitais e impressos. O que reforça a hipótese, de que independente da idade o acesso, tanto a livros impressos, quanto digitais vão sempre estar relacionados a diferentes objetivos que irão justificar a prática da leitura seja no formato impresso ou digital⁷. Contudo, este estudo apresenta um elemento interessante, que pode se apresentado pelo alto índice de leitura de livros didáticos, seguido por romances e livros religiosos, que nos leva a entender a convivência do livro impresso e do livro digital, que corrobora com vários autores citados no referencial teórico como Regina Zilberman, que não existe previsão do fim do livro impresso, por meio da

⁷ Ver Apendice C página 89

apresentação desta pesquisa, isto porque podemos considerar que existem muitos leitores que ainda tem apreço pelas formas impressas.

Entender o porquê de os leitores de 11 a 13 anos terem o índice mais alto, seguido dos leitores de 14 a 17 anos e dos leitores da faixa etária entre 5 a 10 anos reforça o fato de que é no ambiente escolar, do ensino fundamental ao ensino médio, que aparecem os maiores índices de leitura de livros. O que contribui para ampliarmos a visão da responsabilidade ambiental do leitor que, em sua maioria, está vinculado ao ambiente escolar.

Estes leitores fazem parte de uma nova condição de sujeitos e alunos que terão respectivo maior acesso às tecnologias da informação em todo o processo de formação. Isto porque, é cada vez maior a utilização e o acesso as tecnologias da informação e da comunicação inseridos nas grades curriculares, assim como nos Parâmetros curriculares Nacionais que tratam esse tipo de modalidade uma realidade nacional.

Por isso, ao identificar os usuários e ou leitores em potencial, faz-se necessário se refletir sobre o papel da cidadania presente na formação escolar, uma vez que o consumo desenfreado é uma das preocupações mais emergentes em todo o mundo, que de um modo geral apresenta sérios riscos às gerações futuras. Com efeito, este estudo compreende que o leitor contemporâneo convive em harmonia com ambos as formas e formatos do livro impresso e digital, porém nos cabe nesse momento inteirar aos consumidores do livro as vantagens de consumo tanto do livro impresso quanto do livro digital, visto que ambos contribuem para a degradação do meio ambiente.

3.2.5 Leitura por prazer ou obrigação

A prática da leitura no Brasil se baseia, principalmente, na funcionalidade da leitura, contudo, uma parte dos leitores recorrem à leitura por obrigação, para atender as necessidades do ensino e da aprendizagem, às exigências dos pais, e outra parte recorre pelo prazer que a leitura proporciona superando os limites, os sentimentos e toda compreensão de mundo presente nos romances que são um dos principais

fatores da prática de leitores tendo a sua frente a leitura de livros didáticos e seguidos por livros religiosos⁸.

Este estudo reflete sobre os motivos que levam o leitor à prática da leitura por obrigação ou por prazer para entender os reais motivos que levam o leitor contemporâneo a sentir necessidade de ler, isto porque os hábitos do leitor contemporâneo são claramente demonstrados por depender das afinidades, dos objetivos que otimizam tempo, interesse, e necessidade.

Nesse sentido a proposta da prática de leitura prevista nas ações, programas e políticas públicas devem estar aliadas ao desenvolvimento do gosto pela leitura, que ao ser mediada pelos professores, pais e fomentada pelo governo, proporcionam um aumento da prática de leitura através do acesso ao livro, de modos que seus objetivos permitem transcender a vida escolar.

De acordo com o Instituto Pró-Livro, o índice de 75% dos leitores leem mais por prazer do que por obrigação, reforça a defesa de que uma política pública de leitura exerce bem seu papel quando estimula, promove e motiva a prática de leitura não somente por prazer, mas também para entretenimento e formação profissional.

3.2.6 Leitura por motivações

A leitura por motivação apresenta um resultado que nos leva a refletir sobre o leitor brasileiro contemporâneo. O maior índice foi de 55% recaindo sobre atualização cultura e conhecimentos gerais, confirmando que os leitores contemporâneos que mais têm acesso ao livro estão inseridos no ambiente escolar, em meio a uma política pública de educação.

O índice de 49% afirma que leitores são motivados principalmente pelo prazer, gosto ou necessidade espontânea de ler, que pode ser associado ao índice de leitura por prazer no quadro anterior. A principal motivação baseia-se na atualização cultura e conhecimentos gerais, o que permite defender a importância do papel da escola, do Estado por meio das políticas públicas e da sociedade em relação aos objetivos e às finalidades de leitura no cotidiano do leitor contemporâneo⁹.

⁸ Ver Apendice E página 90

⁹ Ver Apendice F página 91.

Sendo assim, a apresentação de dados referentes às motivações sugerem que a maioria dos leitores tem objetivos específicos que vão desde o interesse pessoal, necessário para enriquecimento cultural, quanto coletivo em se tratando de conhecimentos gerais, requisitados no ambiente escolar.

3.2.7 Motivações para escolher onde comprar livros

Os motivos que levam um leitor a comprar livros são os mais distintos, no entanto de acordo com a apresentação de dados do Instituto Pró-Livro (2012) evidencia o quanto a tecnologia faz parte do cotidiano dos leitores contemporâneos, uma vez que permite vislumbrar que a tecnologia por si modifica só não modifica o comportamento e os valores do leitor, mas permite refletir sobre as ações dos mesmos diante de novos comportamentos e valores, transformando o meio em que o leitor vive¹⁰.

Isto mostra que a motivação mais importante para a compra do livro refere-se ao preço mais barato com um índice de 47%, seguido pela comodidade com um índice de 33% e variedade com um índice de 29%. O que reflete que a condição econômica do leitor limita e exclui em sua maior parte leitores em formação.

O que permite ainda vislumbrar como o livro digital pode exercer um papel importante de conscientização ambiental do leitor, por seu custo ser mais acessível em relação ao livro impresso que, por vezes, demanda material artesanal, em se tratando do público a que se direciona, com os recursos que podem ser desde a textura do livro, de figuras em autorrelevo até audiovisuais.

3.2.8 Fatores que influenciam a escolha do livro

Os fatores que mais influenciam a escolha do livro pelo leitor contemporâneo apresenta objetivos claros quanto à leitura dos livros que escolhe, sendo o tema o mais importante. Isso se considerarmos que o maior índice de livros ocorre entre a faixa etária de 5 a 17 anos, idade em que geralmente esses leitores estão inseridos no ambiente escolar, de modo que o índice de 65% escolhe pelo tema¹¹.

¹⁰ Ver Apendice G página 91

¹¹ Ver Apendice H página 92

A escolha pelo tema permite um maior interesse em aprender a ler, a ver todas as informações contidas no texto e no contexto, assim como permite hierarquizar as idéias contidas no texto, para ao relacioná-las com o mundo chegar à suas conclusões, como membro de uma sociedade.

Situação que justifica refletir nos programas e ações do governo em direcionar um programa de leitura que priorize um filtro em relação ao tipo de leitura que os leitores estão recorrendo. Isto porque a maioria das leituras precede a objetivos que venham atender às expectativas de formação do leitor e não somente entretenimento.

3.2.9 Os principais influenciadores

Refletir sobre a escolha ou a motivação para leitura do livro incita em praticar a leitura não só por obrigação, mas por prazer em enriquecer culturalmente, no entanto a apresentação dos influenciadores da leitura comprova duas situações, a primeira de que a mulher lê mais que o homens, e a segunda de que se os professores e as mães são os maiores influenciadores da leitura, quer dizer que as práticas de leitura ocorrem em sua maioria no ambiente escolar¹².

Apresentar os principais influenciadores de leitura requer um grande esforço em compreender os principais atores que influenciam os hábitos e práticas de leitura, assim como identificar o responsável pelo mesmo.

Contudo, a leitura do livro é fundamental para o desenvolvimento de uma nação, sendo o professor e a mãe, ou responsável do sexo feminino, os principais influenciadores para a prática de leitura. Sendo apresentado um índice de 45% do professor e o da mãe com 43 %.

3.2.10 Os lugares em que os leitores costumam ler

A biblioteca foi por muito tempo o único ambiente na escola em que as pessoas recorriam à prática da leitura, seguido pela leitura em casa¹³.

Contudo, há diferença nos objetivos da leitura por prazer e por obrigação, este último em decorrência das exigências do ambiente de formação escolar, tendo como

¹² Ver Apendice H página 92

¹³ Ver Apendice K página 93

característica o ensino e a aprendizagem por meio de leituras que compõem os parâmetros curriculares que estão presentes em todas as instituições de ensino no Brasil.

A apresentação dos dados do Instituto Pró-Livro confirmou que a leitura é uma prática social e que a aprendizagem é individual e o hábito da leitura faz-se presente especialmente no ambiente da família e da escola. O que justifica o primeiro índice de 93% da leitura se realizar em casa e 33% da leitura se efetivar em sala de aula, no ambiente escolar.

3.2.11 As principais formas de acesso

As apresentações das principais formas de acesso ao livro demonstram que 48% dos livros são comprados, o que retrata uma mudança na economia brasileira num momento em que o poder aquisitivo do brasileiro melhorou consideravelmente¹⁴.

Complementa ainda esse argumento ao considerarmos que 30% são livros emprestados por particulares. Aspecto que desmitifica o uso e o acesso ao livro somente pela posse ou mesmo pela biblioteca, uma vez que os leitores contemporâneos têm se tornando demasiadamente exigentes, o que fortalece o argumento de que ainda possuímos bibliotecas desestruturadas e com um acervo insuficiente e ultrapassado, com obras desatualizadas.

Outro elemento que se faz necessário refletir seria sobre o índice de livros que são adquiridos sob o aspecto econômico e de consumo, uma vez que a biblioteca permite que mais usuários tenham acesso a uma única obra, enquanto quando se adquire uma obra para uso particular, dependendo do formato e do excesso de consumo do produto, isso pode ser devastador para o ambiente, se considerarmos que mesmo o livro impresso não deixa de degradar o meio ambiente.

3.1.12 Frequencia com que costuma usar a biblioteca

Demonstrar a frequencia que se costuma ler na biblioteca permite compreender o tipo de leitor e como a instituição biblioteca deve ser mais valorizada, contudo faz-se necessário identificar a diferença entre biblioteca provenientes de instituições

¹⁴ Ver Apendice K página 93

particulares e públicas, uma vez que esta última não obtém tantos investimentos quanto as particulares¹⁵.

Com o crescimento das instituições de ensino superior privadas nos últimos 10 (dez) anos, houve uma mudança significativa, pois estas instituições participam de fiscalizações temporárias pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em decorrência da pontuação que o mesmo divulga em seu site, como requisito para avaliação da instituição.

No entanto, de acordo com os dados do Instituto pró-Livro a frequência que os leitores recorrem, sendo os principais o da escola privada e universitária com 64% e da biblioteca pública com 50 %, indicando ser ainda no ambiente escolar a que o leitor mais recorre e tem mais acesso ao livro. E, ainda ser as bibliotecas das instituições privadas as mais interessantes para se recorrer ao empréstimo de livros, pois certamente, elas possuem um acervo mais atualizado e uma infraestrutura melhor para a prática de leitura.

3.2.13 Perfil do usuário de biblioteca por escolaridade

O perfil dos usuários de biblioteca por escolaridade confirma novamente que a biblioteca ainda é uma das principais fontes de acesso ao livro para estudantes do ensino fundamental ao ensino médio¹⁶.

Contudo, alerta ainda para outro importante dado de que cada vez mais a biblioteca tem sido desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, o principal local de acesso ao livro.

O que justifica que cada vez mais, a necessidade de investimentos nos ambientes escolares, especificamente, nas bibliotecas, para que o ensino e a aprendizagem, se dê por excelência na formação dos alunos.

3.2.14 O que motivaria o leitor a frequentar mais a biblioteca

A apresentação dos dados do Instituto Pró-Livro sobre o que motivaria o leitor a frequentar mais a biblioteca reflete o descaso que muitas bibliotecas sofrem com um

¹⁵ Ver Apendice L página 94.

¹⁶ Ver Apendice M página 94.

déficit de acervo, principalmente das instituições públicas. Se considerando ser o maior índice de 33%, que permite refletir sobre a necessidade de valorização e melhor estruturação das bibliotecas nos ambientes escolares, uma vez que o leitor nada faria para frequentar uma biblioteca que não ofertasse obras atualizadas, visto que no ambiente escolar os objetivos de se buscar a leitura de livros baseiam-se principalmente na aquisição e atualização das informações¹⁷.

Com um maior índice de livros novos, a biblioteca pública seria mais consultada e utilizada para o cumprimento de diversos objetivos, tais como o enriquecimento cultural e aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

3.2.15 O uso que faz da internet

A apresentação dos dados do uso da internet pelo leitor permite vislumbrar as mudanças no cenário mundial e brasileiro, que condicionam o uso das tecnologias e da internet como uma necessidade fundamental, uma vez que ambos contextualizam a sociedade em que vivemos por serem elementos fundamentais no desenvolvimento da aprendizagem¹⁸.

Contudo, a análise permitiu retratar as contradições das políticas públicas que não privilegiam o ensino e a aprendizagem para formação do cidadão, tornando o uso da internet equivocado e destrutivo.

O maior índice foi de 58% para recreação e entretenimento, seguido de 40% para se conhecer pessoas e somente 40% faz uso da internet para elaboração de trabalhos escolares e pesquisas, retratando a desmotivação em relação à formação educacional aliada à falta de uma política pública que priorize o ensino e a aprendizagem como elemento de formação.

3.2.16 A leitura e contato com e-books e livros digitais

Com o advento da tecnologia os livros cada vez mais tem sido adaptados às diversas formas e formatos enquanto objeto de consumo.

¹⁷ Ver Apendice N página 95.

¹⁸ Ver Apendice O página 95.

Enquanto suporte eletrônico para que a circulação de obras em parte e por inteiro, atinjam os fins comunicacionais da educação, para a difusão dos mais diversos conhecimentos.

Principalmente depois da ascensão dos instrumentos de tecnologia como celulares, tablets e notebooks que estão presentes em quase todas as classes sociais, e que permitem que as informações circulem com rapidez e segurança

A apresentação dos dados do instituto Pró-Livro sobre a leitura de livros digitais se faz necessária por ser um dos objetos de estudo desta pesquisa, que pretende retratar o leitor contemporâneo, que faz uso de livros impressos, mas promove a adoção de e-books e livros digitais como tendência de leitura atual¹⁹.

Neste sentido, a variação das formas do livro permitem a ascensão do livro enquanto objeto de consumo por incitar qualidade, prazer, cultura que permeiam no inconsciente de leitores que de alguma forma recorrem a prática de leitura de livros sejam eles populares ou clássicos.

Essas transformações culminaram numa nova reconfiguração do leitor, que vive diante de tantas mudanças e de tendências que a tecnologia impõe a todo o tipo de consumidor.

No entanto esta pesquisa confirmou que o fim do livro impresso ainda está longe de ocorrer devido a alguns fatores, dentre eles a falta de incentivos sociais, econômicos e culturais, para que os E-books sejam democratizados, uma vez que esse tipo de leitura depende de recursos tecnológicos; dificuldade de acesso a esse tipo de bem de consumo; alto custo para aquisição dos recursos tecnológicos como celulares, tablets, notebooks, e, por fim, ausência de diversidade de títulos que possam motivar tal compra.

3.2.17 A leitura de livros digitais por escolaridade

A apresentação do índice de leitores de livros digitais por escolaridade, permite caracterizar os leitores contemporâneos por serem primeiro os alunos de ensino superior os que mais utilizam os livros digitais com um índice de 43%, seguidos pelos alunos do ensino médio com 37%²⁰.

¹⁹ Ver Apendice P página 96.

²⁰ Ver Apendice Q página 96.

Entretanto, muito se questiona sobre o uso destas tecnologias no ensino médio e superior, em se tratando do alto índice de plágio de partes e de capítulos inteiros, desrespeitando a autoria das obras. Outro aspecto, importante é que mesmo não tendo a fiscalização necessária para penalizar esses infratores, muitas instituições tem recorrido à comissões internas formada principalmente por professores para avaliação dos trabalhos no ambiente escolar, a fim de se minimizar ou mesmo erradicar problemas desta natureza, em relação ao ensino e a aprendizagem.

Portanto, conforme objeto deste estudo é preciso que haja uma preocupação com o consumo de livros e correta utilização dos mesmos nos ambientes escolares, a fim de se minimizar os equívocos que vem se somando ao contexto escolar, além de alertar para um consumo consciente do objeto. Se considerarmos que se no ensino superior e no ensino médio o consumo e a leitura de livros é superior, o livro digital pode representar um passo importante para que os hábitos de leitura estejam de acordo com o consumo consciente de livros que favoreceram as questões ambientais, já que para alunos que tem um alto índice de leitura de livros, o livro digital possui mais benefícios.

3.2.18 Leitura de livros impressos e livros digitais

A apresentação dos dados do Instituto Pró-Livro sobre a leitura de livros impressos e livros digitais nos mostra que o livro não terá fim, tendo com a assertiva *“Os livros impressos nunca vão acabar (continuarão a ser publicados) e irão conviver, igualmente, com os livros digitais”* com um índice de 52%, mais da metade²¹.

Resultado que assegura o que defende Zilberman quando afirma que o capitalismo e a inovação sempre irão incidir no aparecimento de novas formas e formatos de comunicações sem que os anteriores tenham fim.

Entretanto, esta questão sincroniza todo este trabalho de que as práticas de leituras em meio à revolução das tecnologias sobressaem e afetam as políticas públicas voltadas para educação, a estruturação das bibliotecas, e conseqüente, modifica os hábitos de leitores, que estão atentos às movimentações mundiais, em decorrência da globalização e da rapidez com que a informação se faz presente em todas as esferas da sociedade.

²¹ Ver Apendice R página 97.

Com efeito, numa tentativa de se definir o leitor contemporâneo que está diante de uma nova ambiência de leitura, em meio às tecnologias da informação e da comunicação, faz-se necessário ao retratar as peculiaridades do leitor é compreender que a existência de livros nas mais diversas formas e formatos sofrerão evoluções, a fim de que se possam garantir a subsistência do enquanto objeto de consumo.

Portanto, o que irá alterar o consumo maior ou menor do livro impresso ou do livro digital será a consciência referente à quantidade de acesso a diversos títulos, e dos riscos que a utilização do mesmo proporciona ao ambiente, além de ter em mente os objetivos em relação à prática de leitura, previsto em um determinado período, que será determinante para o que a escolha do livro digital, seja mais interessante que do livro impresso, a fim de se compreender que o leitor contemporâneo tem o poder de escolha no acesso ao livro.

Sendo assim, com a percepção clara dos objetivos de leitura e com a conscientização do livro, enquanto objeto de consumo, as questões ambientais serão pré-requisito para escolha do formato do livro, uma vez que sobressairá a necessidade de ser um cidadão que tem interesse em preservar, proteger e conservar o meio ambiente, caso seja o livro digital ou o impresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as peculiaridades do leitor contemporâneo, nos levam a compreender que as diversas formas e formatos do livro, afetaram e ainda afetam os hábitos de consumo, bem como as práticas de leitura, tendo como sinônimo da contemporaneidade a nova ambiência da leitura.

O livro representa na contemporaneidade um produto cultural e de consumo, contudo possui um status diferenciado, à medida que se apresenta como símbolo do conhecimento. Por outro lado, as recentes pesquisas revelam a reduzida inclinação dos brasileiros para a prática de leitura em decorrência de vários fatores que podem ser reconhecidos pela escolaridade, pela falta de motivação, de influenciadores e ainda pela condição econômica que em sua maioria não favorece a prática de leitura.

A leitura enquanto prática social nos apresenta características que permitem retratar a cultura de um povo, que superou as expectativas do leitor moderno, ou mesmo clássico, ao serem inseridos num contexto de profundas transformações em meio a uma sociedade fortemente influenciada pelas tecnologias.

A rotina dos leitores contemporâneos baseiam-se, principalmente, num modelo de leitura que tem por modelo, o recurso tecnológico, seja um telefone celular, um tablet, um I-phone, ou mesmo um notebook, com aplicativos que permitem fazer o download, salvar em arquivos, copiar, colar e compartilhar em redes sociais.

E, ainda na prática de leitura permite contar com recursos tecnológicos equipados com imagens, sons que proporcionam melhor interação, percepção e aproveitamento da leitura.

Com o excesso do uso destas tecnologias móveis, os públicos de livros impressos e digitais tem se adaptado, na mesma proporção que as exigências do mercado de consumo contemporâneo, exigem dinamismo e inovação, para exposição e venda de seus produtos que devem estar adaptados e possuírem atrativos, tanto por parte das formas e formatos dos livros, quanto em relação ao preço para atenderem até mesmo ao leitor mais exigente, que busca um produto com qualidade, uma vez que temos um novo perfil do leitor contemporâneo, que já está sociabilizado com estas tecnologias.

Mediante estas reflexões surge à justificativa, em relação à importância do tema leitor contemporâneo e sua relação com os formatos dos livros impressos e digitais, assim como a tendências de consumo consciente.

No entanto, sobre as concepções teóricas que cercam o livro, a prática da leitura e o leitor contemporâneo, foram apresentadas reflexões no decorrer do terceiro capítulo baseadas nos dados estatísticos do Instituto Pró-Livro sobre a pesquisa Retratos de Leitura no Brasil, que tornou possível vislumbrar o quanto é pluralizado o eixo livro, leitor e leitura.

Assim como, é importante o papel das políticas públicas voltadas para a promoção da leitura em meio às formas do livro e os canais de acesso a eles, por meio das bibliotecas, que em sua maioria não possuem infra-estrutura adequada, nem tampouco acervo atualizado, a fim de se dar melhores condições aos leitores que fazem parte de uma geração em que a tecnologia simplesmente, subsiste em todas as esferas da sociedade.

Além disso, a formação do leitor contemporâneo ocorre de forma complexa em meio a um contexto repleto de transformações marcadas pela inovação e pelos avanços tecnológicos em todas as áreas do saber. O leitor contemporâneo, independente de sexo, escolaridade, idade, condição econômica, social e cultural, tenderá a utilizar tanto os livros digitais, quanto os livros impressos em decorrência das influências e motivações que o acompanham num mundo movido por preocupações mundiais acerca das transformações do meio ambiente.

Desse modo, a prática de leitura em sua amplitude não depende só do leitor, dos aspectos políticos, culturais, econômicos e ambientais, pois existem peculiaridades que compõem a motivação e os interesses que levam o leitor a filtrar os tipos e formatos que mais lhes interessam.

Outro fator importante é que o consumo de ambos tende a ser otimizado pela preocupação da sociedade atual em gerar mais responsabilidade e conscientização ambiental em relação a tudo no planeta.

A responsabilidade dos governos, da escola e da sociedade em relação ao papel de cidadania foi também elucidada nesta pesquisa, por ser elemento fundamental para que a prática social se dê efetivamente, contribuindo para a formação do leitor contemporâneo.

A prática de leitura de livros e os principais influenciadores dos hábitos de leitura esbarram ainda em entraves políticos, sociais, culturais e ambientais que impedem o desenvolvimento em larga escala da funcionalidade do livro. Isto porque o livro ainda é um bem de consumo de pouca disponibilidade nas bibliotecas brasileiras e por ser um bem material que possui alto custo sob o ponto de vista econômico.

Em função disso, as políticas públicas de democratização da leitura deveriam ampliar o acesso ao livro e às tecnologias, bem como à internet, por meio de incentivos educacionais, com programas e ações voltadas para ampliação e fortalecimento das bibliotecas em escala nacional. Com isso, disponibilizando um acervo atualizado com obras que atendem a todos os públicos, de diferentes idades e escolaridades, de modo que os interesses e as motivações sobre a prática de leitura possam ser potencializados para o aprimoramento e a formação do leitor.

Considerando o fato da existência do livro impresso e do livro digital, o fim do livro impresso ainda está longe de ser decretado, porque mesmo na modernidade existem leitores para todos os tipos e formatos de livros, de modo que tanto o livro digital quanto o impresso encontrarão públicos que os consumam. Isto porque a escolha e as motivações que levam o leitor a optar pelo livro impresso ou pelo livro digital são distintas. Situação que não decreta o fim do livro impresso, e suas justificativas são muitas, acabando por fortalecer ainda mais a existência de ambos.

Vale lembrar que as práticas de leitura vêm se tornando uma exigência constante para inserção do sujeito no mercado de trabalho, primeiro em decorrência da necessidade de habilidades e competências capazes de permitir o uso de tecnologias, segundo pela necessidade de se aprimorar a cada dia o conhecimento como garantia de qualificação e ascensão profissional. Aspecto fundamental para o desenvolvimento do país e da sociedade em geral.

Conforme disse Zilbermann, a lógica do capitalismo talvez se torne ainda mais elitizado, ou mesmo ainda essa lógica se democratize em relação à prática de leitura por meio do barateamento e acesso ao livro.

Com base nisso, é certo que a leitura poderá contribuir para o desenvolvimento sociocultural devido à ampliação dos horizontes culturais, sociais, econômicos e ambientais do leitor, bem como pelo acesso a diferentes formas de conhecimento. Sendo assim, a justificativa que legitima o uso do livro na escola nasce, pois, de um

lado, da relação que estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante a realidade; e, de outro, do papel transformador que a leitura pode exercer no ensino.

Portanto, diante deste estudo conclui-se que as peculiaridades do leitor contemporâneo marcam uma nova cultura, e uma nova tendência que fará diferença no futuro, em decorrência dos hábitos de consumo e das práticas de leitura, pois baseiam-se, primeiramente, na condição social, cultural, econômica a que está inserido, permitindo que eles tenham uma maior conscientização da importância da leitura, enquanto prática social, e de responsabilidade ambiental, que o objeto livro representa em todas as áreas do saber.

Esta pesquisa enquanto, instrumento de reflexão acerca das questões ambientais, superou perspectivas, no sentido que permitir compreender que o livro enquanto, objeto de consumo pode ser utilizado por ambas as formas, a fim de se impedir que a degradação do meio ambiente, se estenda ao ponto de colocar as gerações futuras em risco eminente.

Demonstrou, também que os leitores contemporâneos mais assíduos se encontram no ambiente escolar, que, por sua vez, é um espaço onde se tem mais abertura para compreensão e conscientização da responsabilidade do cidadão em relação à sociedade que ele vive, além dos eventuais riscos de degradação do ambiente em relação ao consumismo desenfreado da humanidade.

Outro argumento importante percebido nesta pesquisa foi à defasagem das bibliotecas públicas que não possuem acervo e estrutura adequados para que alunos usufruam desse espaço tanto para formação quanto para entretenimento. Uma solução para isso seria maiores recursos e ações voltadas ao desenvolvimento, aprimoramento e estruturação das bibliotecas a fim de se permitir uma democratização da leitura no Brasil por incentivos financeiros dados aos programas que visam à disseminação de recursos tecnológicos presentes, por exemplo, na leitura, seja pelo livro impresso, seja pelo digital.

Diante do exposto, conclui-se que o valor do livro ainda encontra-se aquém de seu valor cultural, por se tratar do grande déficit de bibliotecas e de fomento à prática de leitura tanto para leitores, quanto para acesso ao livro, considerando o atraso cultural histórico dos brasileiros para que no futuro tenham condições que motivem a oferta e procura por livros, tendo por realidade brasileira, insuficiente em relação aos avanços e recuos da educação em relação ao uso de tecnologias nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

BARNAUSCA, Maria Cecília Calani; ROCHA, Heloísa Vieira da; MARTINS, Maria Cecília; D'ABREU, João Vilhete Viegas. Uma taxonomia para ambientes de aprendizado baseados no computador. In: VALENTE, José Armando (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, SP:UNICAMP/NIED, 1999.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2013.

BRASIL. **Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm >. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8 313 de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Conhecida como Lei Rouanet. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm >. Acesso em: 15 jun. 2014.

BOFF, L. **Saber Cuidar: Ética do Humano: Compaixão pela Terra**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARPANEZ, Juliana. **'Dez mandamentos' reduzem lixo eletrônico**. Usuários de tecnologia têm responsabilidade sobre os produtos descartados. . G1 em São Paulo. Publicado em: 13/08/07 - 10h56 - Atualizado em 13/08/07. Disponível em:< <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL87082-6174,00-DEZ+MANDAMENTOS+REDUZEM+LIXO+ELETRONICO.html> >. Acesso em: 23 set. 2014.

CARRIÈRE, Jean-Claude; ECO, Umberto. **Não contém do fim do livro**. Trad. André Teles. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. v.1, 232 p.

_____. **Leituras e leituras na França do antigo regime**. São Paulo: UNESP, 1994.

_____. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador.** Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

COSTA, Patrícia. **Hábito de Leitura e Compreensão de Textos:** uma análise da realidade de pós-graduados em administração, Programa de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), (Dissertação de Mestrado). 2006. Disponível em: <http://www.ufsm.br/adm/mestrado/dissertacoes/patricia_costa/dissertacao_patricia_costa.pdf>. Acesso em: 8 out. 2012.

COSCARELLI, Carla Viana. **Leitura numa sociedade informatizada.** In: MENDES, Eliana Amarante M, Oliveira, Paulo M, Benn-Ibler, Veronika (Orgs.). *Revisitações.* Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 83-92.

_____. Carla Viana. *O uso da informática como instrumento de ensino-aprendizagem.* **Presença Pedagógica.** Belo Horizonte, mar./abr., 1998, p.36-45. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/carlacoscarelli/publicacoes/PrespedMM.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. COSCARELLI, Carla Viana. Letramento digital – aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. In: _____; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas.* 2. ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.

DOUGHERTY, Brian. **Design gráfico sustentável.** São Paulo: Edições Rosari, 2011

DUPAS, G. **Tensiones democráticas y sociedad global de la información.** In: Nueva Sociedad, n° 196, marzo-abr. 2005.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. **A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: uma análise crítica [manuscrito] /** Fabíola Ribeiro Farias. - 2013. PROGRAMA DE MESTRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Disponível em:<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-99RJJH/fab_ola_ribeiro_farias_a_leitura_e_a_biblioteca_p_blica.pdf?sequence=1>. Acessado em 14 de setembro de 2014.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do livro.** Tradução Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado. Ed. UNESP: Hucitec, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI. M. . PERSPECTIVAS ATUAIS DA EDUCAÇÃO. **Revista São Paulo Perspectivas.** Vol.14 no.2 São Paulo Apr./June. 2000. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_arttext >. Acesso em: 4 abr. 2013.

GERALDI, João Wanderley. **Unidades básicas do ensino do português**. 3. ed. São Paulo, 2003.

GUIMARÃES, Luciana Guedes. **Tinha uma leitura no meio do caminho**: formação do aluno-leitor. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/luciana_guimaraes.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.

HORIE, Ricardo Minoru. **Coleção eBooks**: Arte-finalização e conversão para livros eletrônicos nos formatos ePub, Mobi e PDF. São Paulo: Bytes & Types, 2011. Vol. 1.

INÁCIO, Marcilaine Soares. Ensino escolar da leitura e da escrita em Minas Gerais, no século XIX (1800-1850). In: **II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 2002, Natal. História e memória da educação brasileira, 2002. p. 1-11

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL**. II Seminário Nacional. 28 de março de 2012. 3. ed. 2011. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf >. Acesso em 10 maio 2012.

KLEIMAN, Angela. **O texto e o Leitor**: Aspectos cognitivos da leitura. Campinas, São Paulo: Pontes. 2000.

_____. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 9. ed. Campinas, SP: Pontes. 2002.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed., 5. Impressão. São Paulo: Contexto, 2011.

KUBA, Renata. **O livro impresso e o livro digital**. CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC. 2012. Disponível em:< <http://www.youblisher.com/p/304488-O-livro-impresso-e-o-livro-digital-RENATA-KUBA/> >. Acesso em: 10 out. 2012.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Racionalidade Ambiental**: A reapropriação social da Natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos I. da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. Trad. Maria Lúcia Homen e Ronaldo Entler. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?: política para cultura/ política para o livro.** São Paulo: Summus Editorial, 2004.

MAGNANI, M. do R. M. **Leitura, literatura e escola.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos). 107p.

_____. **Ordenar para desordenar:** centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

MORAN, J. M. Perspectivas (virtuais) para a educação. Mundo Virtual. **Cadernos Adenauer IV**, nº 6.. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, abril, 2004, páginas 31-45. Disponível em:< <http://www.eca.usp.br/prof/moran/futuro.htm>>. Acesso em: 12 março 2013.

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Atividade editorial & ciência da informação: convergência epistemológica.** 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

PAIVA, Fabrícia Vellasquez. **A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor:** a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ FE/ Programa de Pós-graduação em Educação, Rio de Janeiro: UFRJ, FE, 2008. Disponível em:< http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_fabricia_vellasquez.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2013.

PAPERT, Seymour. **A Família em rede.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. **Leitura na escola:** espaço para gostar de ler. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. Da “Galáxia de Gutenberg” ao ciberespaço: do livro impresso ao eletrônico. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**,19, 2000, Porto Alegre. Proceedings... Porto Alegre: Centro de Eventos da PUC-RS. Disponível em: <<http://www.dici.ibict.br/archive/00000750/>>. Acesso em: 06 set. 2012.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca.* **Ci. Inf., Brasília**, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf> >. Acesso em: 18 mar. 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no Ciberespaço:** O Perfil Cognitivo do Leitor Imersivo. . Ed.Paulus, 2004

SILVA, Vinícius Farias da. **O papel do e-book reader no presente e no futuro das bibliotecas**. 2011. Monografia (Conclusão de Curso) – Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Ciência da Informação. Brasília. DF.

SPALDING, Marcelo. **Alice do livro impresso ao e-book: adaptação de Alice no país das maravilhas e de Através do espelho para iPad**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://www.literaturadigital.com.br/tese/teseLiteraturaDigital.pdf>>. Acessado em: 13 maio 2014.

SPITZ, Rejane. Internet, WWW & comunicação humana: uma nova Torre de Babel? In: COUTO, Rita M. de Souza, OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de (Orgs.). **Formas do Design**. Rio de Janeiro: 2AB/PUC-Rio, 1999.

VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou eletrônico?** Um trajeto da leitura. Rio de Janeiro: Mauad. (2002).

ZILBERMAN, Regina. A leitura na escola. In: ZILBERMAN, Regina (Org). **A leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

_____ ; SILVA, Ezequiel Theodoro. **Literatura e pedagogia: ponto e contraponto**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

_____. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

WITTER G. P. História de leitores pós-graduandos em psicologia escolar. In: WITTER, G. P. **Leitura e universidade**. Campinas, São Paulo: Alínea, 1997.

YUNES, Eliana. A leitura e o despertar do prazer de ler. **Leitura: teoria e prática**, v.4, n.6, p.10-14, dez. 1985.

APENDICES

A - APRESENTAÇÃO O INSTITUTO PRÓ-LIVRO

O **Instituto Pró-Livro (IPL)**, criado no final de 2006 pelas entidades do livro – **Abrelivros, CBL e SNEL** é mantido com recursos constituídos por contribuições dessas entidades e de editoras, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro.

Sua criação foi uma resposta do mercado editorial a compromisso assumido entre representantes do governo e as entidades do livro frente a desoneração fiscal e, mantém-se tendo como principal estratégia desenvolver ações voltadas a subsidiar ações do governo e orientar políticas públicas. Para melhor atender à essa missão foi constituída como Organização Social Civil de Interesse Público – OSCIP.

A PESQUISA

Única pesquisa, em âmbito nacional, que tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro. É a contribuição do mercado editorial para, a partir de um amplo diagnóstico, estimular novas reflexões e decisões em torno de possíveis novas intervenções para melhorar os atuais indicadores sobre o comportamento leitor da população. Seus resultados ajudarão o próprio IPL bem como outras instituições públicas e do mercado editorial a orientar suas ações.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil tornou-se uma referência quando se trata do comportamento leitor no país, desde seu lançamento em 2001. Seus resultados foram amplamente divulgados e orientaram estudos; projetos e a implantação de políticas públicas do livro e leitura no país.

A medição dos indicadores de leitura e acesso ao livro pelos brasileiros, por meio da pesquisa, tem possibilitado uma extraordinária contribuição à reflexão, avaliação e a orientação de ações mais efetivas a dirigentes e técnicos das áreas de educação e cultura do governo, pesquisadores, entidades do livro, empresários da cadeia produtiva e, especialmente, a todos os que acreditam que melhorar os indicadores de leitura e de acesso ao livro da população seja fundamental para se conseguir melhores posições nas avaliações sobre educação alcançadas pelos jovens estudantes brasileiros.

Conhecer o comportamento leitor do brasileiro e o perfil daqueles que lêem é ferramenta para se identificar ações efetivas na formação de leitores.

A Retratos da Leitura tem contribuído também para fomentar o debate e subsidiar a mídia especializada que ampliou espaços para apresentar o tema à sociedade brasileira, possibilitando que a leitura seja mais valorizada no imaginário coletivo.

A terceira edição, aplicada em 2011, volta a acontecer em um momento de grande importância para o tema no país. Os avanços necessitam ser demonstrados e consolidados. Sociedade, governos e setor privado atuam, cada vez mais, no sentido de ampliar o acesso ao livro e fomentar as práticas de leitura. Isso se dá em âmbito nacional, estadual e municipal e junto com um inegável esforço para que a educação assuma a condição de prioridade nacional e com medidas que ajudam a consolidar o tema como uma política de estado no Brasil.

Nesta última década, desde a primeira edição, lançada em 2001, houve avanços importantes nessa área. Nada mais apropriado, portanto, que fazer uma nova investigação e, possibilitar a construção de séries históricas com os indicadores de leitura das três edições. Tanto para conferir se estamos lendo mais, como para conhecer a percepção da população sobre o livro; para medir uma eventual evolução em torno das práticas leitoras, do acesso aos livros e da percepção sobre os serviços públicos prestados ao cidadão.

HISTÓRICO

A **Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil** esta na sua **terceira edição**. Na divulgação da segunda edição, a diretoria do Instituto Pró-Livro apresentou seu compromisso de promover a pesquisa a cada três anos, para o estudo da evolução e impactos das políticas públicas do livro e leitura implementadas, desde 2001, no Brasil.

A 1ª Edição

A primeira edição da pesquisa, realizada pela Abrelivros; CBL e SNEC com apoio da Bracelpa; lançada em 2001, foi realizada em 2000 pelo instituto A. Franceschini Análise de Mercado, de São Paulo.

Seu objetivo básico era identificar a penetração da leitura de livros no país e o acesso a eles.

O universo estudado foi a população brasileira com pelo menos três anos de escolaridade e com 14 anos ou mais de idade. Em 2000, este universo representava 86 milhões de pessoas, ou 49% da população. Na ocasião, foram realizadas 5.200 entrevistas em 44 municípios brasileiros em 19 das 27 unidades da federação.

A 2ª Edição

Foi realizada pelo Instituto Pró-Livro com o apoio das entidades Abrelivros; CBL e SNEL. O IPL contratou o instituto IBOPE Inteligência para sua aplicação, em 2007, e o consultor Galeno Amorim para coordenar a pesquisa.

Seus resultados foram apresentados em Seminário Nacional, em Brasília, em 2008, com a participação de representantes do governo, cadeia do livro, especialistas e mídia especializada.

A principal inovação em relação à 1ª edição foi a metodologia utilizada. Foi adotada metodologia desenvolvida pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), da Unesco, e pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) com o propósito de orientar as pesquisas sobre leitura realizada em toda a América Latina. Essa orientação teve, portanto, como principal objetivo, buscar um padrão internacional de medição para viabilizar a comparação e permitir estudos sobre a questão da leitura nos países da região.

3ª EDIÇÃO

A terceira edição da Pesquisa foi promovida pelo IPL e contou com o apoio da Abrelivros, CBL e SNEL. O IPL contratou o IBOPE Inteligência para sua aplicação e preparação dos resultados em 2011. A coordenação da pesquisa coube ao Pró-Livro e comissão formada por representantes das quatro entidades: IPL e Abrelivros, CBL e SNEL.

Objetivos da pesquisa

Manteve os objetivos gerais definidos para a segunda edição:

- Conhecer o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros.
- Medir intensidade; forma; motivação e condições de leitura da população brasileira, segundo opinião dos entrevistados
- Ampliou os objetivos específicos incluindo o estudo sobre o perfil dos leitores de livros digitais e ampliando questões para conhecer a avaliação das bibliotecas públicas pelos seus usuários.

Objetivos específicos do estudo:

- Levantar o perfil do leitor e do não leitor de livros

- Identificar a intensidade e forma de leitura de livros e apresentar os índices de leitura do brasileiro
- Identificar as motivações e preferências do leitor brasileiro.
- Levantar o perfil do comprador de livros.
- Identificar e avaliar a penetração da leitura e o acesso ao livro.
- Conhecer a avaliação das bibliotecas públicas pelo seu usuário.
- Conhecer a percepção ou representações da leitura no imaginário coletivo
- Conhecer o impacto dos livros digitais entre leitores e não leitores
- Identificar as barreiras para o crescimento da leitura de livros no Brasil

Metodologia - informações relevantes:

Padrão internacional: A metodologia foi desenvolvida pelo Cerlalc/Unesco, a partir de uma solicitação do Brasil (os dois pilotos foram realizados, entre 2004 e 2006, em Ribeirão Preto (SP) e no Rio Grande do Sul), com a finalidade de ter parâmetros internacionais de comparação entre os países da América Latina. E, de possibilitar construir **séries históricas** sobre o comportamento leitor .

Metodologia/amostra: Pesquisa quantitativa de opinião com aplicação de questionário e entrevistas presenciais “face a face” (com duração média de 60 minutos), realizadas nos domicílios.

Universo da pesquisa: População brasileira residente, com cinco anos ou mais, alfabetizadas ou não.

Abrangência (Amostra): 5.012 entrevistas domiciliares em 315 municípios de todos os estados e o Distrito Federal.

Intervalo de confiança estimado de 95% (ou seja, se a mesma pesquisa for realizada 100 vezes, em 95 delas terá resultados semelhantes).

Margem de erro: a margem de erro máxima estimada é de **1,4** para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra

Concepções sobre o leitor e não-leitor

- **Leitor:** o que declarou, no momento da entrevista, ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses.
- **Não-leitor:** o que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos três meses (e mesmo quem leu em outros meses, não nos três últimos, ou mesmo que leu ocasionalmente).

- **Índice de leitura:** tem como referência a leitura dos últimos três meses anteriores à pesquisa.

Resultados e avaliação do leitor:

A medição dos indicadores de leitura e acesso ao livro pelos brasileiros por meio da pesquisa tem possibilitado uma contribuição à reflexão, à avaliação e à orientação de ações mais efetivas a dirigentes e técnicos das áreas de educação e cultura do governo, pesquisadores, entidades do livro, empresários da cadeia produtiva e, especialmente, a todos os que acreditam que melhorar os indicadores de leitura e de acesso ao livro da população seja fundamental para se conseguir melhores posições nas avaliações sobre educação alcançadas pelos jovens estudantes brasileiros.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E AJUSTES

Principais inovações e ajustes em relação à edição anterior:

Visando o aperfeiçoamento do estudo e maior confiabilidade nos seus resultados finais foram demandados ao IBOPE - pela Comissão coordenadora da pesquisa - avaliação e ajustes na metodologia, questionário e conceitos que orientaram a pesquisa.

Os **principais ajustes** demandados orientaram-se pela análise das principais dificuldades apontadas pelos consultores por ocasião do estudo dos resultados da 2ª edição.

Assim, foram revistos ou melhor definidos, para a entrevista em campo e treinamento dos entrevistadores:

- Conceituação – o que deve ser entendido/aceito como livro para efeito da pesquisa e se o livro foi lido inteiro ou em parte.
- Identificação entre os livros indicados pela escola: didáticos ou de literatura
- Índices de leitura – detalhamento sobre a leitura nos últimos três meses, segundo diferentes perfis da amostra e conceitos. A opção pelo período de três meses e não de doze meses para o aprofundamento do estudo deu-se por ser mais confiável a informação/memória do entrevistado sobre o que leu, comprou etc.
- Mudança na seqüência das questões no formulário de entrevista, iniciando pelo número de livros lidos pelo entrevistado. Assim o entrevistado tende a ser mais sincero ao informar número de livros lidos. As questões voltadas a conhecer as

representações sobre a importância do livro no início da entrevista podem levá-lo a ter vergonha de informar que não leu ou a ampliar o número de livros lidos.

Quanto às **inovações** – os maiores destaques foram:

- ☐ O aprofundamento do estudo sobre a leitura de livros digitais, buscando conhecer melhor o comportamento e interesses desse leitor e consumidor.
- ☐ O aprofundamento do estudo sobre a avaliação das bibliotecas pelos seus usuários.

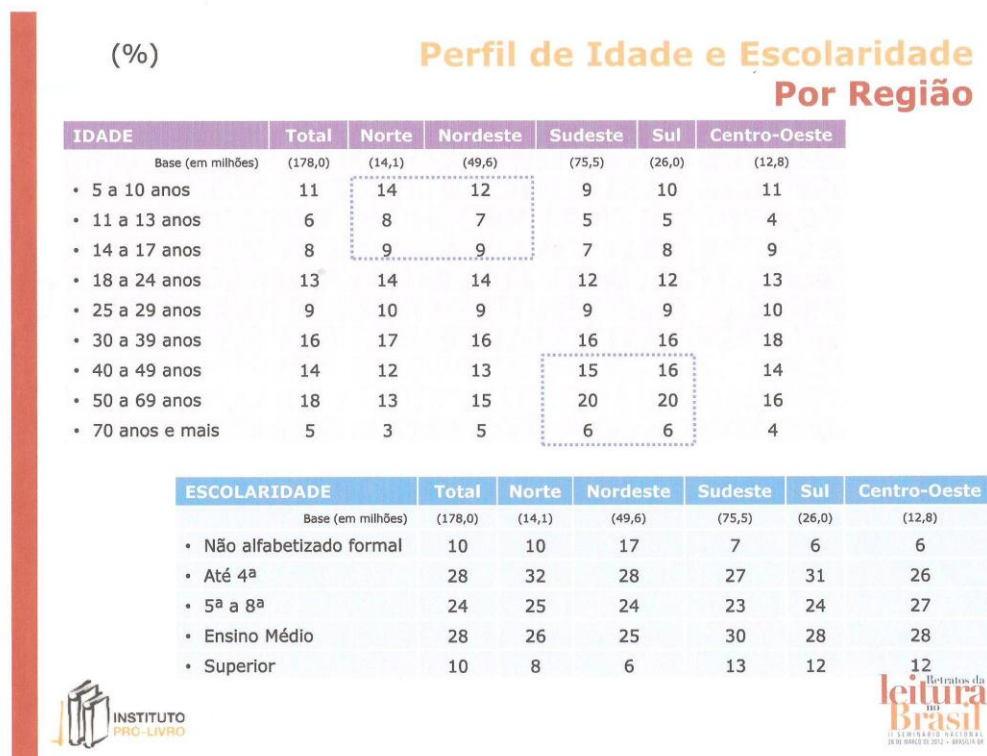
Principais conceitos (mantidos em relação à 2ª edição)

Leitor : o que declarou, no momento da entrevista, ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses.

Não Leitor: o que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos três meses (e mesmo quem leu em outros meses que não os três últimos ou mesmo que leu ocasionalmente).

Índice de leitura- tem como referência a leitura dos últimos três meses anteriores a pesquisa.

B – PERFIL POR IDADE E ESCOLARIDADE



C- NÚMERO DE LIVROS LIDOS POR SEXO AO ANO

Número de livros lidos por ano (Entre todos os entrevistados)

2011

- **4,0** livros por habitante/ano
- **2,1** inteiros
- **2,0** em partes

2007

- **4,7** livros por habitante/ano

Sexo

Livros habitante/ano	2011	2007
Feminino	4,2	5,3
Masculino	3,2	4,1

Idade

Livros habitante/ano	2011	2007
5 a 10	5,4	6,9
11 a 13	6,9	8,5
14 a 17	5,9	6,6
18 a 24	3,6	4,4
25 a 29	3,5	3,7
30 a 39	3,6	4,2
40 a 49	2,6	3,4
50 a 59	2,0	3,8
60 a 69	1,5	2,2
70 ou mais	1,1	1,3

Região

Livros habitante/ano	2011	2007
Norte	2,7	3,9
Centro-Oeste	4,2	4,5
Nordeste	4,3	4,2
Sudeste	4,0	4,9
Sul	4,2	5,5



D- LEITURA POR RENDA FAMILIAR

Número de livros lidos por ano (Entre todos os entrevistados)

2011

- **4,0** livros por habitante/ano
- **2,1** inteiros
- **2,0** em partes

2007

- **4,7** livros por habitante/ano

Escolaridade

Livros habitante/ano	2011	2007
Até 4ª	2,5	3,7
5ª a 8ª	3,7	5,0
Ens. Médio	3,9	4,5
Superior	7,7	8,3

Renda Familiar (SM)

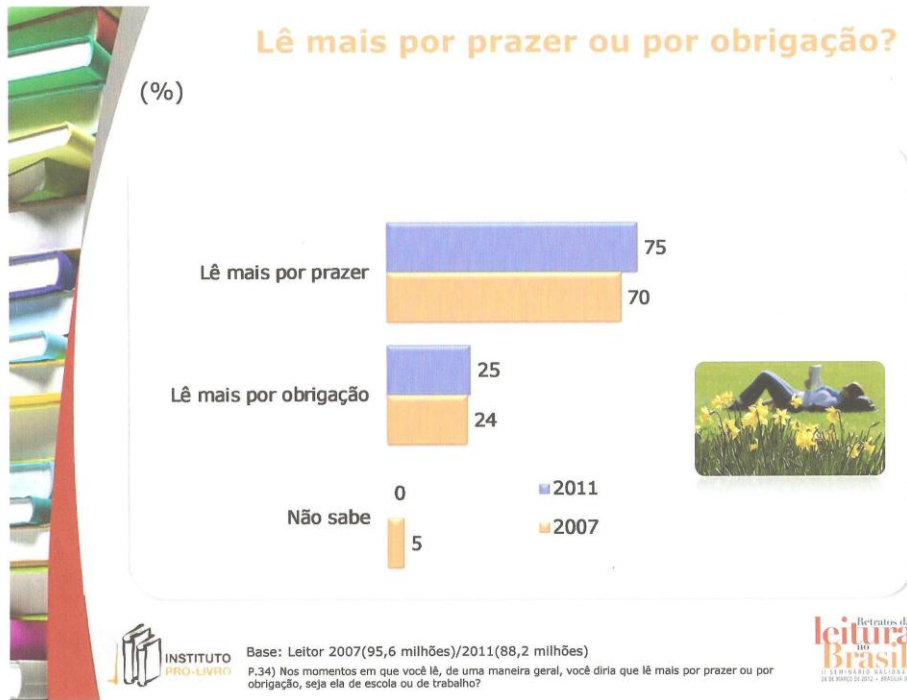
Livros habitante/ano	2011	2007
Mais de 10	8,6	8,0
Mais de 5 a 10	5,1	6,0
Mais de 2 a 5	4,2	4,9
Mais de 1 a 2	2,9	3,9
Até 1	2,7	3,7

Estudante

Livros habitante/ano	2011	2007
Estudante	6,2	7,2
Não estudante	2,3	3,4



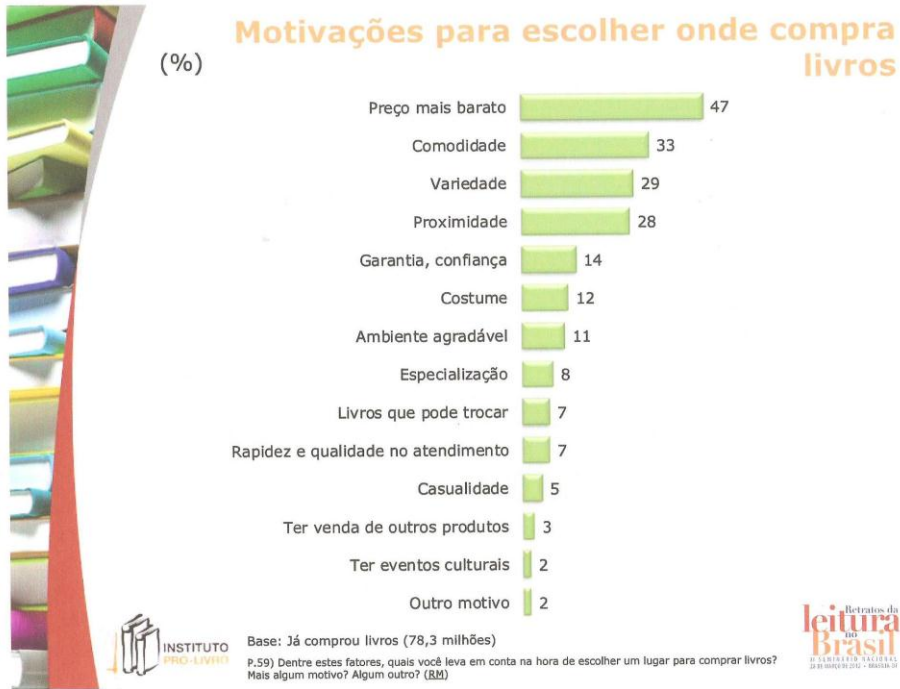
E - LEITURA POR PRAZER OU OBRIGAÇÃO



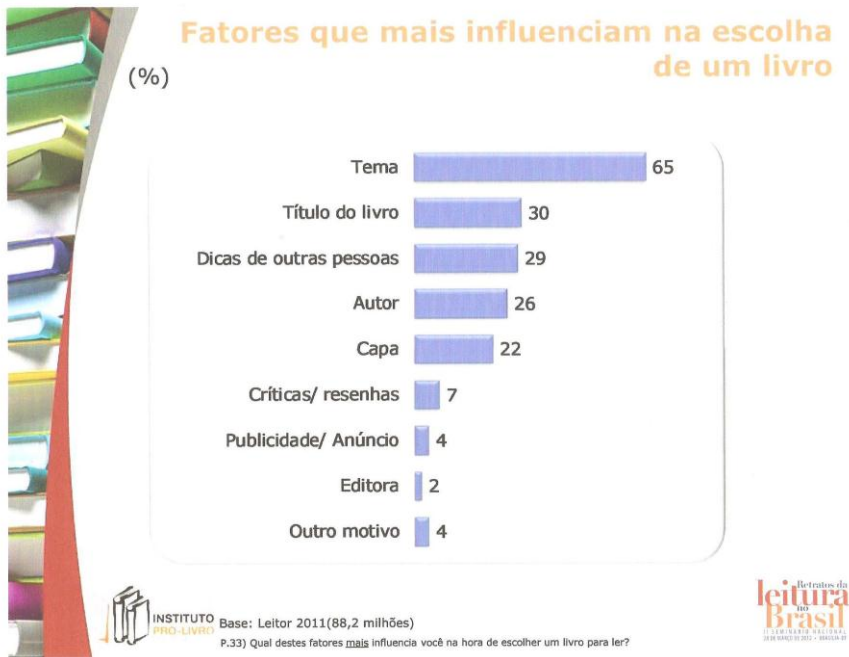
F – MOTIVAÇÕES PARA LER UM LIVRO



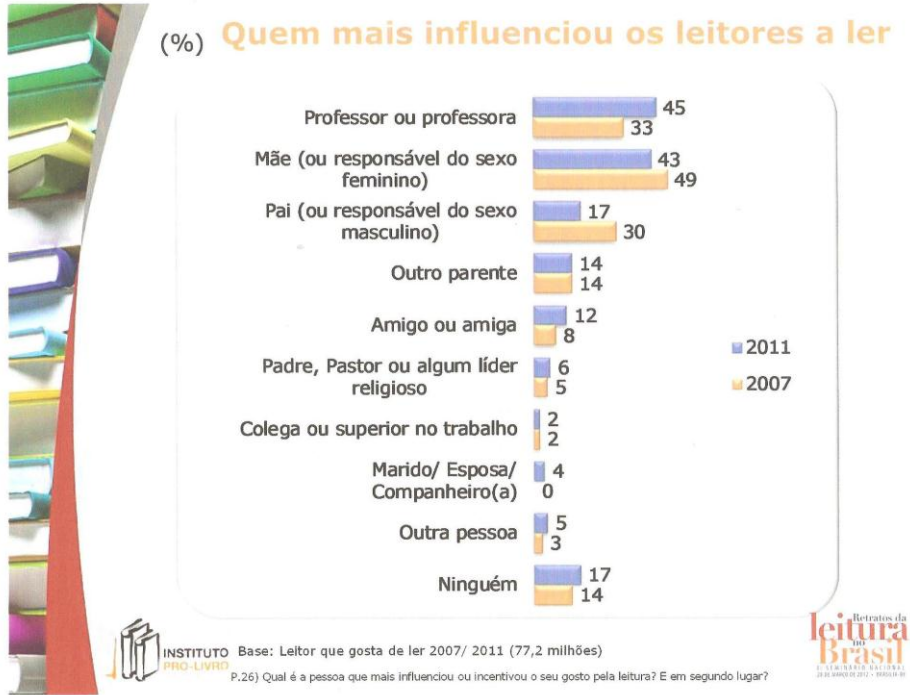
G – MOTIVAÇÕES PARA ESCOLHER ONDE COMPRAR LIVROS



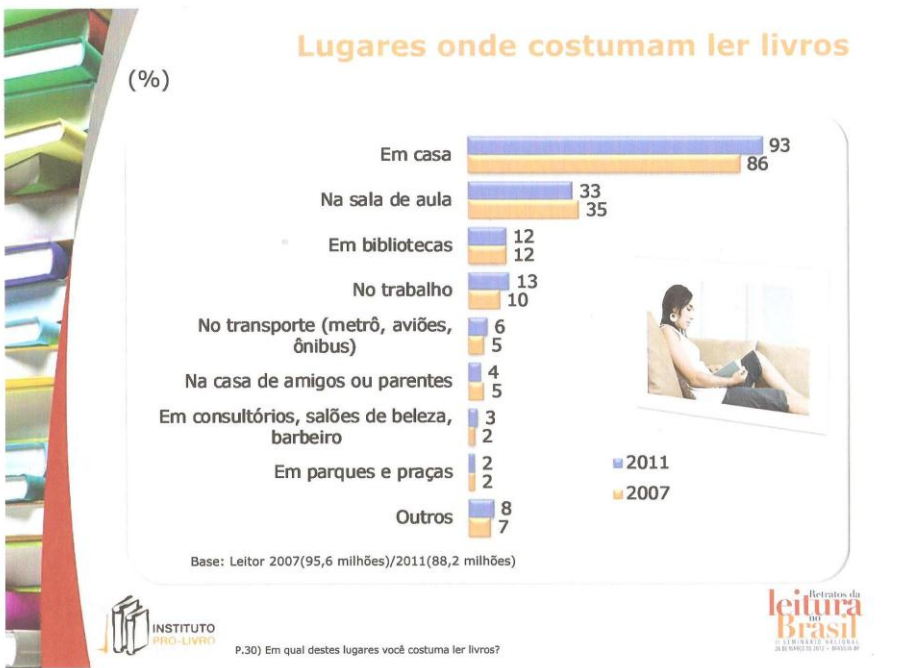
H – FATORES QUE INFLUENCIAM A ESCOLHA DO LIVRO



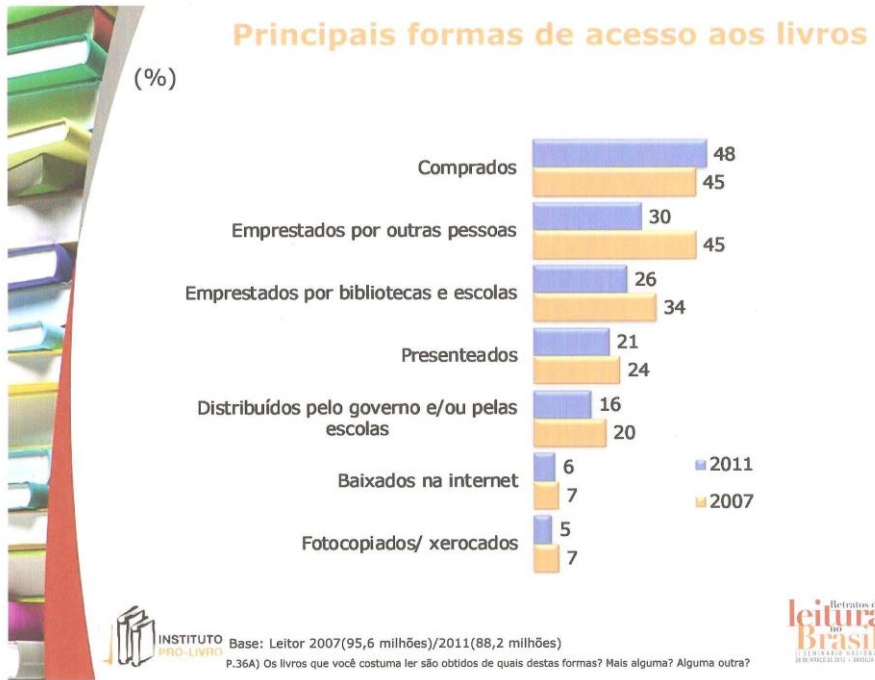
I – PRINCIPAIS INFLUENCIADORES



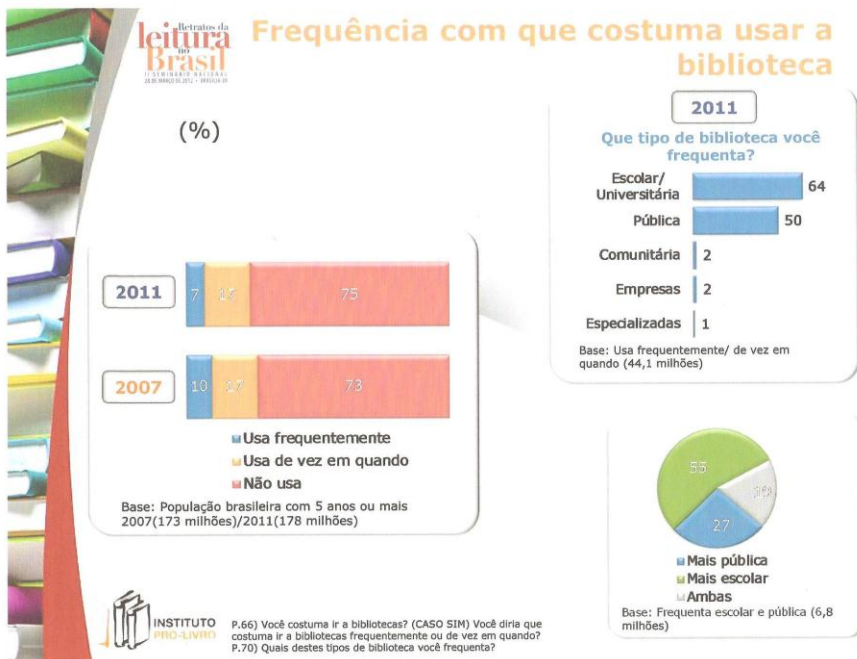
J – LUGARES EM QUE OS LEITORES COSTUMAM LER



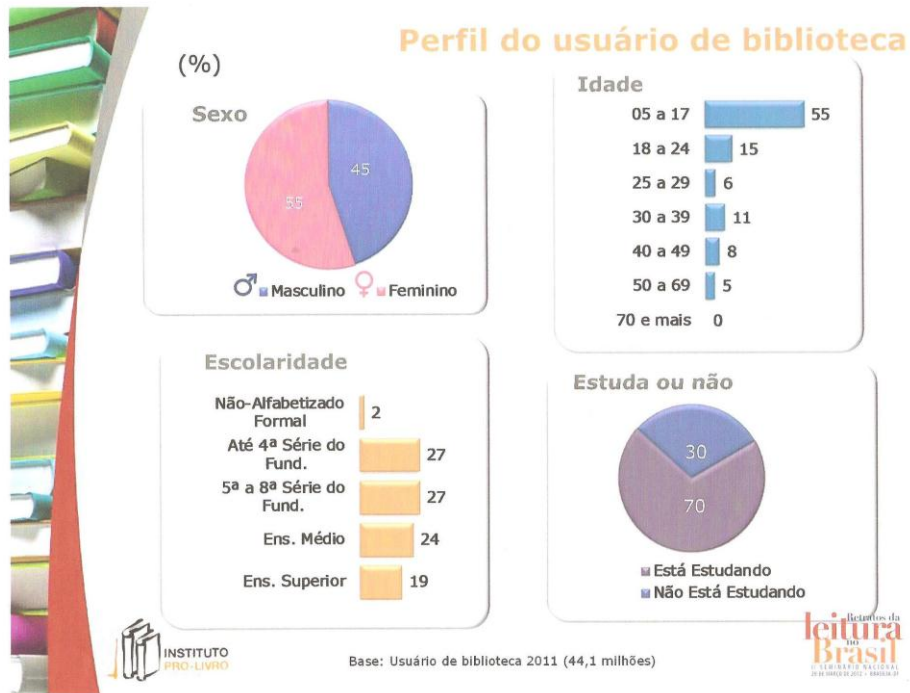
K - PRINCIPAIS FORMAS DE ACESSO AO LIVRO



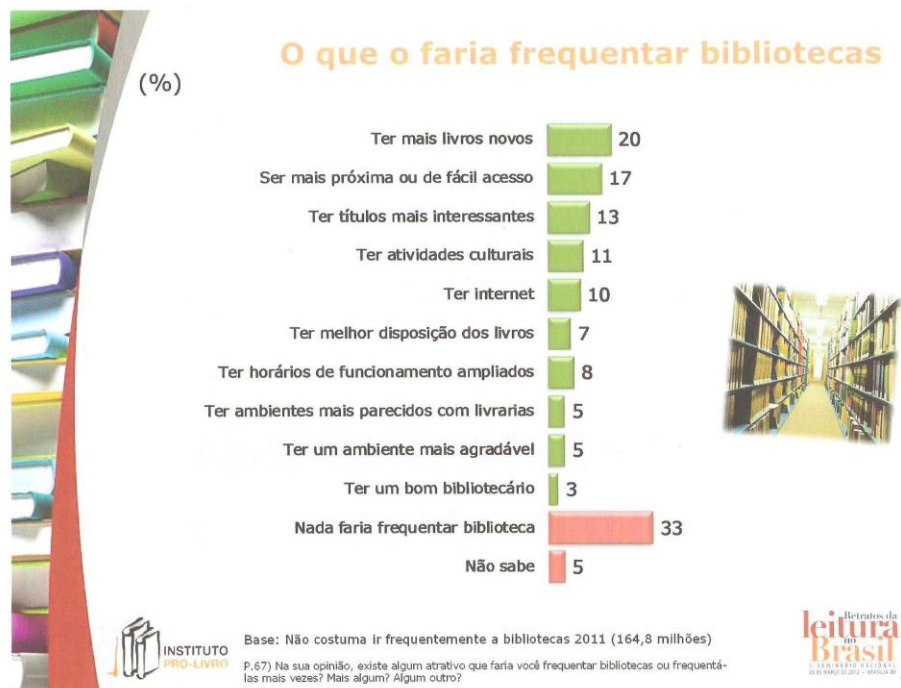
L – FREQUENCIA COM QUE COSTUMA USAR A BIBLIOTECA



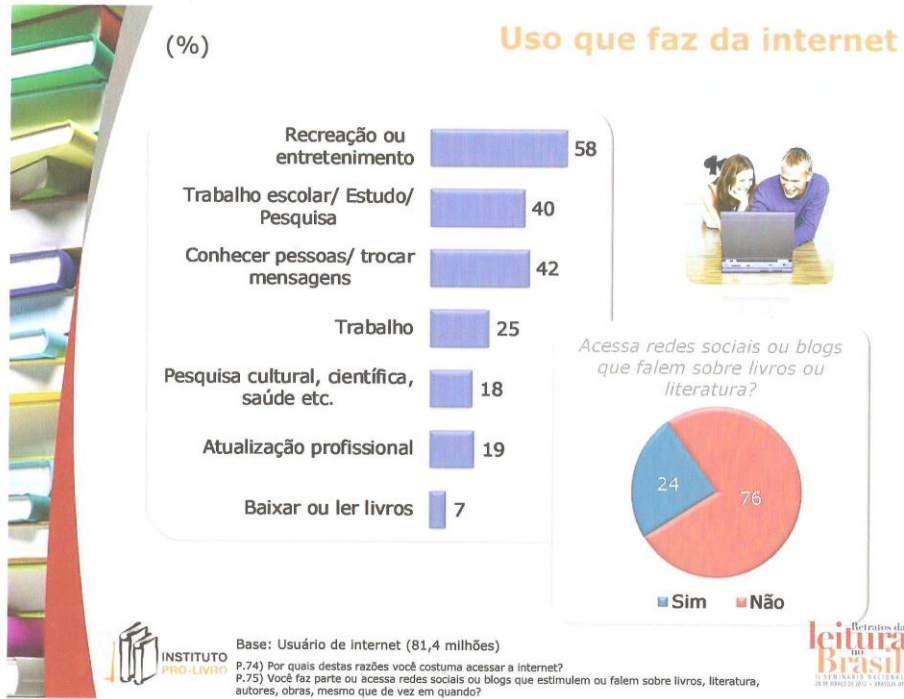
M - PERFIL DO USUÁRIO DE BIBLIOTECA POR ESCOLARIDADE



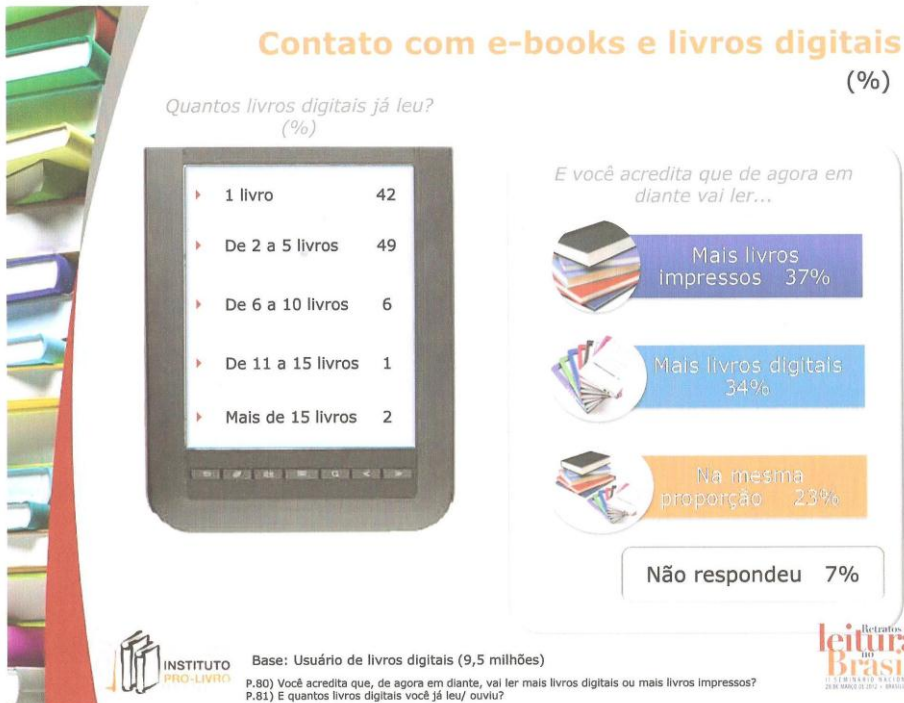
N- O QUE MOTIVARIA O LEITOR A FREQUENTA MAIS A BIBLIOTECA



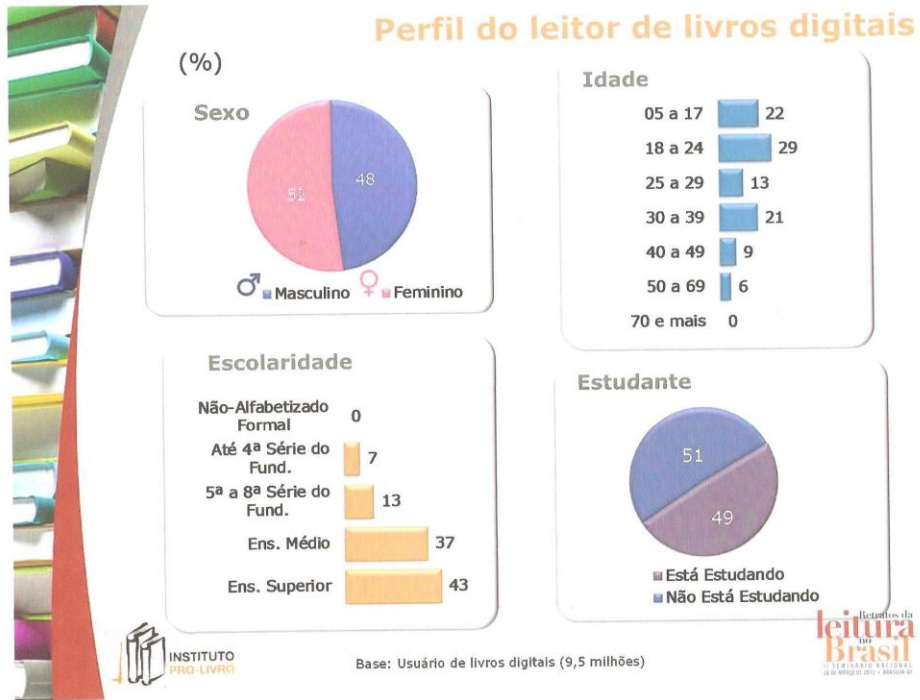
O- O USO DE QUE FAZ DA INTERNET



P – CONTATO COM E-BOOKS E LIVROS DIGITAIS



Q- LEITURA DE LIVROS DIGITAIS POR ESCOLARIDADE



R- LIVROS IMPRESSOS X LIVROS DIGITAIS

